



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

**Impresso
Especial**

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVIII - nº 68
Ago/Set de 2010

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

É hora de dizer **BASTA**

Desprotegidas pelo Estado e pela Justiça, brasileiras são assassinadas pelo simples fato de não querer reatar um relacionamento. A cada duas horas uma mulher é morta pelas mãos do marido, namorado ou ex. A violência de gênero é agravada pela impunidade e cultura patriarcal arraigada

www.sindjusdf.org.br

Alcides Diniz:
governo não pode
se recusar a incluir
PCCR na LOA

STF encaminha
ofícios ao MPOG
sobre reajuste
dos servidores

Esforço concentrado
pelo PL 6697

STM atende
solicitação do Sindjus
e reconsidera corte
de ponto

Ayres Britto (STF)
indefer liminar em
reclamação da União
sobre greve

Acionado pelo
sindicato, STJ
impede corte de
ponto de
grevistas do TST

Informação é tudo.
Consulte nosso site.



SUSANA DOBAL

Esta obra faz parte do ensaio *Vozes em New York*, onde Susana busca “uma apreensão da paisagem urbana através das vozes alheias”. Em suas andanças pela cidade ela anotou trechos de conversas de pessoas desconhecidas, imprimiu as frases e as fotografou em diferentes cenários. “A rua foi sempre um tema presente na história da fotografia; esse ensaio dialoga com essa tradição sem revelar as coisas em si, apenas devolvendo às ruas as vozes ouvidas aqui e acolá”, explica a artista.

Susana Dobal é professora da Universidade de Brasília, com mestrado, doutorado e pós-doutorado em fotografia (respectivamente na New York University; CUNY/Graduate Center e Université Paris 8). Participou de mais de trinta exposições fotográficas; as mais recentes foram em Buenos Aires, na Argentina (Galeria Arte x Arte, 2008), e em Nice, na França (Galerie Christian Depardieu, 2009).



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Mangueira Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Mária Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



BILLY ALEXANDER/STILLSSEAR.C

Edição:

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem:

Antônio Carlos Queiroz
Luísa Molina
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores:

José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão
Yuri Matsumoto Macedo e
André Luis Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

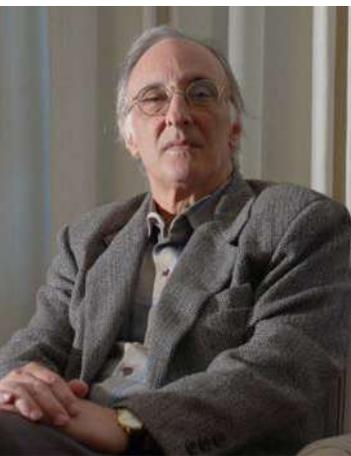
Projeto gráfico e arte: Usha Velasco

Tiragem: 15.000 exemplares

Contato comercial: Julliane Dourado

Fones: (61) 8485-9959 - (61) 3037-9761
SCS Q. 2, Ed. Goiás, s. 314 - Cep.: 70.302-000

Autonomia universitária



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“A autorregulação é uma das mais importantes ferramentas que a prerrogativa da autonomia assegura às universidades. Um modelo eficiente de gestão só pode existir, nesses termos, a partir de procedimentos de controle participativos”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

No último dia 19 de julho escreveu-se mais um significativo avanço para a educação e a gestão universitária: reunido pela oitava vez desde que iniciou o seu primeiro mandato com os reitores de universidades públicas federais de todo país, hoje atualmente 58 instituições, o presidente da República assinou um conjunto de atos, três decretos e uma medida provisória que aumentam a liberdade financeira e administrativa das instituições de ensino superior públicas. É uma resposta a antiga reivindicação por autonomia universitária, tema que, de 1911 a 1988, já se fez presente em cinco Constituições Federais, além de inúmeros decretos e medidas, tornando-se uma bandeira da luta pela qualidade no ensino.

As novas regras visam permitir que a universidade cumpra melhor seus objetivos do tríptico ideal de ensino, pesquisa, extensão e de formação cidadã, através de uma gestão mais racional de pessoas, recursos e processos. Para o quadro técnico-administrativo, passa a ser autorizada a reposição automática, diminuindo a ociosidade das vagas, que não precisam mais esperar a liberação de concursos pelos ministérios de Planejamento e Educação. As fundações de apoio também têm esclarecido o seu papel no contexto das universidades, com a regulamentação de vínculos, que possibilita que sejam mais facilmente recadastradas.

Uma importante medida tem relação com o auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade social: o Programa Nacional de Assistência Estudantil estabelece regras que garantem o repasse de recursos. No que se refere a licitações para gastos com pesquisa, além do preço dos produtos, o potencial de fomento ao desenvolvimento nacional também será critério de decisão do processo licitatório, uma vez que produtos manufaturados e serviços que atendam a normas técnicas brasileiras podem ter preferência, desde que não ultrapassem 25% do valor dos produtos estrangeiros na mesma categoria.

O novo marco regulatório também permite maior agilidade para a utilização dos recursos financeiros: o orçamento repassado pelo governo federal poderá ser remanejado entre diferentes rubricas e, também, de um exercício fiscal para outro. Até então, o dinheiro que não era gasto voltava para o caixa do governo federal.

É inestimável a importância dessas reformas. É preciso, contudo, fazer uma distinção: esses avanços dizem respeito apenas a uma dimensão operacional do processo de autonomização das universidades, ao passo que os aspectos conceituais e políticos ainda não foram trabalhados. Deve-se contemplar

a necessidade de um entendimento da autonomia na sua dimensão constitucional. As autonomias financeira e patrimonial, administrativa e didático-científica não podem ser consideradas apenas no seu âmbito formal e esses pontos precisam ser retomados no bojo de uma lei orgânica das universidades públicas federais.

Dito de outra forma, para que a universidade possa desenvolver todo o seu potencial educador é preciso notar que o processo de autonomização extrapola os limites legais e diz respeito também ao âmbito simbólico, dos valores que orientam as práticas dos sujeitos que participam do espaço de reprodução da instituição. Tanto dentro como fora da comunidade acadêmica, de maneira complementar à reforma das articulações burocráticas, é necessário revisar a própria função da universidade. Não se pode perder de vista que o seu fim último seja servir não só ao conhecimento, mas também à sociedade, e, sendo assim, somente uma administração coletiva dos recursos pode levar a uma real emancipação da instituição e dos sujeitos que a compõem.

A autorregulação é uma das mais importantes ferramentas que a prerrogativa da autonomia assegura às universidades, porque oferece a estas a possibilidade de afirmação coletiva de sua identidade institucional. Um modelo eficiente de gestão só pode existir, nesses termos, a partir de procedimentos de controle participativos.

A transparência, antes da eficiência, deve ser um pilar da construção da autonomia universitária, e a fiscalização dos resultados deve ser acessível a todos. É por essa razão que a atual gestão da UnB adotou em seu programa a utilização de mecanismos de gestão compartilhada e quer agora avançar para a construção de um modelo de orçamento participativo, como ferramenta administrativa de caráter emancipatório. É um mecanismo através do qual uma população contribui para a tomada de decisões sobre o destino de uma parte ou de todos os recursos públicos disponíveis.

Esta é uma proposta de gestão que combina a democracia representativa e a democracia direta: de simples votantes, que permitem a continuidade da política tradicional, os membros ativos da comunidade, inclusive universitária, passam a ser protagonistas permanentes na administração pública. E os resultados da abertura desse diálogo são claros. Além de contribuir para o aprofundamento do exercício da democracia na relação entre os cidadãos e o poder público, significa ainda uma modernização da administração pública, uma ordenação das prioridades sociais e a promoção de justiça social.



Toninho: o prazo é curto, mas a aprovação dos PLs é "perfeitamente factível"

CARLOS ALVES

Os caminhos do PCCR

O analista político Antônio Augusto de Queiroz – conhecido como Toninho do DIAP – assessorou o Sindjus na conquista dos dois planos de carreira anteriores, os PCSs de 2002 e de 2006. Jornalista e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, ele explica, nesta entrevista, o processo de tramitação do PCCR no Congresso Nacional e os passos que estão sendo dados para garantir a sua aprovação

Thais Assunção

O PCCR vai sair ainda este ano, conforme o acordo do STF com Lula?

Estamos em um momento delicado, por força da eleição presidencial. Houve o apelo do presidente Lula para que se deixe para votar o PCCR depois da eleição. É um prazo curto, mas é perfeitamente factível trabalhar com esse calendário para a aprovação em 2010, em novembro e dezembro, que são os meses restantes da atual legislatura. O maior obstáculo a ser superado é a previsão da questão orçamentária. No mais, o trabalho resume-se num esforço de convencimento dos parlamen-

tares para incluir a votação dos dois projetos de lei na agenda do Congresso.

O ministro do Planejamento não incluiu a rubrica do PCCR na projeto da Lei Orçamentária de 2011. Qual a consequência disso para a aprovação dos reajustes dos servidores do Judiciário e do Ministério Público?

O prazo para enviar a Lei Orçamentária ao Congresso terminou no dia 31 de agosto, mas isso não quer dizer que a previsão de recursos para o reajuste não possa mais ser feita. Isso porque os projetos de lei relativos às carreiras do Judiciário e do Ministério Público (PLs 6613 e 6697) foram encaminhados ao Congresso dentro dos pra-

zos fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO. Então, a rubrica com a previsão orçamentária ainda pode ser feita, tanto por solicitação do Poder Executivo quanto por emenda de parlamentares.

E se o orçamento for aprovado sem prever recursos para o reajuste dos servidores? Ainda seria possível implementar o PCCR em 2011?

Sim, ainda seria possível. Mas o processo seria mais complexo. Nesse caso, dependeria do Poder Executivo propor uma alteração na LDO e enviar crédito suplementar para o reajuste. Somente depois disso os PLs 6613 e 6697 seriam aprova-

dos. Por isso, o melhor é resolver a questão ainda durante a tramitação da LOA, antes de sua aprovação na Comissão Mista, porque, durante esse período, o governo ainda pode enviar uma mensagem pedindo a criação da rubrica e alocando recursos para o PCCR.

E qual é o papel do Sindjus nesse processo?

Desde antes do envio da LOA ao Congresso o Sindicato já estava pressionando tanto o STF quanto o governo a cumprirem o acordo que pôs fim à greve, ou seja, a criarem as condições necessárias para a aprovação do PCCR logo após as eleições e à implementação do reajuste em 2011. Vamos exigir que as promessas feitas aos mais de cem mil servidores sejam cumpridas à risca. Além disso, também vamos agilizar o processo elaborando as emendas necessárias para garantir a rubrica e os recursos.

Como assessor parlamentar, qual o seu papel junto ao Sindjus no trabalho de acompanhamento do PCCR?

Minha parceria com o Sindicato já é antiga. Data dos dois PCs anteriores. Meu papel é ajudar a montar estratégias direcionadas às ações que devem ser feitas junto ao Legislativo, o Judiciário e o Executivo para viabilizar a aprovação do plano de carreira, dentro daquilo que foi concebido pelos servidores do Judiciário e do MPU. O objetivo é exatamente criar estratégias para viabilizar as condições de aprovação dessas matérias no Congresso.

Quais são os passos a serem seguidos para a aprovação do plano de carreira, tanto antes das eleições quanto depois?

Nós temos prazos constitucionais e legais que precisam ser observados. A obri-

gação do Judiciário e do MPU, por exemplo, era encaminhar até o dia 12 de agosto deste ano uma previsão de recursos dentro da sua proposta orçamentária para a implementação do PCCR, cujo projeto de lei foi entregue ao Congresso em dezembro de 2009. E isso foi feito, antes do prazo limite, tanto pelo STF quanto pela PGR. O Poder Executivo tinha do dia 12 de agosto ao dia 31 de agosto para sistematizar estes projetos e encaminhá-los ao Congresso, dentro do orçamento geral da União.

Mas o PL 6613 já teve seus recursos incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não teve?

O projeto foi previsto na LDO de uma forma genérica, com reserva de recursos para despesas permanentes. No anexo da LOA, que tem que ser enviado até 31 de agosto, precisaria constar a rubrica específica do novo plano de carreira.

O governo não cumpriu sua parte no acordo, ao não incluir essa rubrica. Quais as consequências disso,

politicamente falando?

Temos que ver os dois lados dessa questão. O presidente Lula pediu que o PCCR fosse deixado para depois das eleições, e a razão disso é clara. Na véspera das eleições presidenciais, o governo não quer assumir o ônus de bancar claramente o reajuste salarial de uma categoria numerosa como a dos servidores da Justiça. Lógico que isso poderia ser usado contra ele na campanha eleitoral. Por isso todos concordamos em esperar, por isso a greve acabou, assim que o STF e o governo entraram em acordo.

Por outro lado, agora esse acordo tem que ser cumprido. Quando o Poder Executivo se recusa a cumprir a determinação dos órgãos de outros Poderes, que têm autonomia administrativa e financeira, então se estabelece um conflito de competências, uma situação de invasão de competências, de quebra de prerrogativas. Isso é extremamente sério. Portanto, o Executivo terá que alterar a previsão orçamentária. Há dois compromissos a cumprir aí: a Constituição, que determina a autonomia

CARLOS ALVES



“ Houve o apelo do presidente Lula para que se deixe para votar o PCCR depois da eleição. É um prazo curto, mas é perfeitamente factível trabalhar com esse calendário para a aprovação em 2010, em novembro e dezembro ”

administrativa, orçamentária e financeira dos Poderes, e a palavra do presidente da República de que precisaríamos apenas esperar as eleições.

Estamos no caminho certo para a aprovação do novo plano?

Sim, estamos trabalhando forte. O Sindjus vem se movimentando com muita agilidade desde o início desse processo, há mais de dois anos. Começou com as discussões promovidas junto à categoria, com uma ampla consulta. Passou pela elaboração do anteprojeto no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público. E passou também pela difícil fase posterior à conclusão dos projetos de lei, que foi o trabalho de pressão e de convencimento para que o então presidente do STF, Gilmar Mendes, e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhassem os PLs ao Congresso ainda a tempo de implementar o novo plano de carreira em 2010.

Infelizmente isso não foi feito; foi preciso uma longa greve e muita pressão por parte dos servidores e do sindicato para que os projetos fossem encaminhados, já em dezembro. Mas, com muita negociação política, o Sindjus conseguiu que os dirigentes do Judiciário fizessem o compromisso pela aprovação do PCCR em 2010. E o sindicato tem cobrado esse compromisso de forma reiterada, tanto que o Judiciário previu, na sua proposta orçamentária, os recursos para implementação do reajuste salarial dos servidores.

Não há mais nenhuma razão para ele não ser implantado a partir de 2011, especialmente porque outros órgãos já aprovaram seus planos de carreira. Foi o caso do Tribunal de Contas da União, do Senado e da Câmara dos Deputados. Nós só temos cinco instituições com prerrogativa de iniciativa parlamentar própria nessa matéria: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário (por intermédio do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores), o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público. Todas elas já fizeram a reestruturação remuneratória dos seus servidores, menos o Judiciário e o MPU. Então os servidores estão defasados em relação a esses outros Poderes. A atualização precisa ser feita e há um compromisso dos dirigentes do Judiciário e do Mi-

nistério Público em relação a isso. Não há razão plausível para qualquer descumprimento desse compromisso.

Se foram aprovados vários aumentos salariais no Executivo e no Legislativo, por que essa dificuldade com o PCCR do Judiciário e do MPU?

No caso do Judiciário, onde o quantitativo de servidores supera o patamar de 100 mil pessoas, há o impacto dos números. O reajuste individualmente é pequeno, mas no conjunto é representativo. Isso faz com que o Executivo resista, e muito, a apoiar ou incentivar esse tipo de reestruturação salarial dos servidores. No caso do Poder Executivo, a reestruturação é feita carreira por carreira, separadamente ou até mesmo por cargos. Assim, o impacto não chega a ser significativo isoladamente, em cada carreira. O Judiciário é uma carreira única envolvendo mais de 100 mil servidores, por isso sempre vai haver esse tipo de resistência por parte do governo. Mas os servidores do Judiciário e do MPU não podem ser punidos porque o reajuste tem um impacto X ou Y, maior ou menor do que outras carreiras isoladamente. Temos que lembrar os serviços que esses servidores prestam à nação, ao Estado brasileiro e até ao Executivo, encaminhando e julgando causas das mais diversas dimensões e proporcionando a segurança jurídica e o equilíbrio das finanças públicas. Se há uma carreira exclusiva de Estado e que merece todo o cuidado, essa carreira é a do Judiciário e do Ministério Público.

Na sua avaliação, a bancada do governo dificultou a tramitação dos projetos de lei do PCCR?

Bom, a bancada do governo segue a orientação do Poder Executivo, que, como já conversamos aqui, tem uma enorme resistência a projetos com a dimensão do novo plano de carreira. Então, claro que eles vão fazer o possível e o impossível para retardar a aprovação desse tipo de proposição, exatamente para economizar nas suas despesas de natureza permanente. Mas esse retardamento não pode continuar indefinidamente, porque isso pode gerar um conflito de poderes. O Executivo não pode simplesmente recusar. Uma vez feita a previsão orçamentária pelo Supremo e

“ Na véspera da eleição o governo não quer assumir o ônus do reajuste de uma categoria numerosa como a da Justiça. Lógico que isso poderia ser usado contra ele na campanha eleitoral. Por isso concordamos em esperar. Por outro lado, o acordo tem que ser cumprido. Quando o Executivo se recusar a cumprir a determinação de outros Poderes, que têm autonomia administrativa e financeira, então se estabelece uma situação de invasão de competências. Isso é extremamente sério ”

pela PGR, não há porque o Congresso e a bancada governista criarem dificuldades para a aprovação dessa proposição.

Como é o processo de aprovação de um projeto de lei?

O Congresso Nacional primeiro tem que levar em conta aspectos técnicos, ou seja, para aprovar um projeto tem que haver previsão orçamentária do impacto financeiro, previsão dos recursos, de onde irá sair o dinheiro, todos esses dados. Depois disso há a decisão política. O parlamento tem quase vinte partidos representados, com visões distintas. Um partido ou um parlamentar individualmente pode criar dificuldades para o andamento de determinadas proposições. Então, esse é um processo muito complexo. Tem que se chegar a um consenso mínimo capaz de reunir a maioria. Tem que se aproveitar a pauta desbloqueada também, que é outro problema comum no Congresso para a aprovação de matérias. É por isso que, na maioria das vezes, esses tipos de projeto são aprovados em regime de urgência do Plenário, aprovados pelos parlamentares exatamente porque o engarrafamento de projetos de lei e as dificuldades são tantas que só esse caminho pode acelerar a tramitação. É um trabalho demorado, é preciso conversar com cada líder, vices-líderes, parlamentares com influência... É preciso sensibilizá-los em relação à questão, no caso a oportunidade e a justiça do reajuste dos servidores.

Vítimas do atraso e do machismo

A cada duas horas uma brasileira é assassinada pelas mãos do marido, namorado ou ex. Impunidade, vista grossa ante a lei, justiça lenta, preconceito e cultura patriarcal arraigada acirram a violência de gênero



Valéria de Velasco

*De tudo, ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento*

Bela como a atriz de Hollywood que inspirou seu nome, e que na década de 1950 virou princesa em Mônaco, a jovem brasileira Grace Kelly Silva Souza sonhava com o amor zeloso e atento que Vinicius de Moraes simbolizou no *Soneto da Fidelidade*. O amor ao próximo ela gostava de demonstrar especialmente na época do Natal, quando saía de Taguatinga, onde morava com a mãe, Olindina, e a irmã, Caroline, para distribuir presentes aos mais pobres na Rodoviária do Plano Piloto. O



ARQUIVO PESSOAL

Olindina Silva: luta para se reerguer do trauma de ver a filha Grace Kelly (acima) assassinada pelo ex-namorado. Motivo: não quis reatar o relacionamento

gorro vermelho e a atitude lhe renderam, entre as pessoas carentes que ganhavam o seu carinho, o apelido de Mamãe Noel, que Grace carregava com orgulho.

A estudante de 20 anos com nome de artista tinha conseguido conquistas importantes naquele ano de 2002. Passou no vestibular para Direito em uma faculdade da capital federal. Foi aprovada também no trabalho, onde tirava de letra a função de demonstradora de produtos de beleza. Mas a paz que ela tanto prezava começou a lhe escapar de forma incontrolável após o fim de um namoro de quatro meses com o ex-cabo temporário do Exército Robson dos Santos Almeida Gomes. Inconformado, ele insistia em reatar o relacionamento. Ela, no entanto, não vislumbrava ali vestígios do encanto e zelo traduzidos em versos por Vinicius e decidiu insistir no sonho do amor verdadeiro. Não cedeu.

21 de novembro de 2002, começo da noite: Caroline Silva tinha apenas 14 anos de idade quando abriu a porta de casa e se deparou com a cena a marcaria de forma implacável para o resto de seus dias. O corpo de Grace Kelly jazia no chão da sala em meio a uma enorme poça de sangue. No peito da irmã, a menina viu o punhal cravado havia pouco tempo pelo assassino, Robson dos Santos Almeida Gomes, como resposta às negativas da jovem em reatar um namoro que não a fazia feliz. No peito de Caroline, a dor que se instalou para sempre é a mesma que arrancou a paz dos familiares das 41.532 mulheres assassinadas no Brasil no período de 1997 a 2007 — uma vítima a cada duas horas —, de acordo com o Mapa da Violência 2010, do Instituto Sangari, traçado a partir de registros do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quinto estudo de uma série iniciada pelo instituto em 1998 para avaliar a evolução da violência no território nacional, o mapa também confirma uma tendência apontada nos levantamentos anteriores: as maiores vítimas são jovens como Grace Kelly, na faixa dos 14 aos 25 anos. Os registros colocam o Brasil no 12º lugar no ranking dos países que mais registram assassinatos de mulheres, com média mais de oito vezes maior que a dos países europeus, onde os índices não passam de 0,5.

A proporção se torna mais assustadora quando se comparam os registros das unidades da Federação. As mais violentas

são lideradas pelo Espírito Santo, onde a média de mulheres assassinadas é superior ao índice nacional e 20 vezes maior do que o padrão registrado na Europa: 10,3, seguido por Roraima, com 9,6, e Alagoas, com 6,8. Também acima da média nacional, o Distrito Federal, onde JK fincou a proposta de uma nova civilização e Grace Kelly enterrou os seus sonhos, ocupa o sétimo lugar no triste ranking, com 5,3, seguido do Rio de Janeiro, com 5,1.

A pesquisa mostra o estado de São Paulo em 23º lugar — o quinto entre os estados menos violentos, com 2,8. Mesmo assim, um índice alto, se comparado com o da Argentina, por exemplo, onde a taxa é de 1,6, ou da Holanda, que registra apenas 0,6. Talvez porque, no Brasil, os algozes das mulheres contem com um aliado especial — a impunidade, escorada em uma legislação que permite a condenados por crimes bárbaros passar tão pouco tempo na cadeia que saem de lá deixando, junto à população, a sensação de que o crime compensa.

É o caso do assassino de Grace Kelly. Robson Almeida Gomes foi condenado, no final de 2003, a 19 anos de reclusão. Mas, por conta da série de benefícios que a lei garante aos homicidas no país, saiu da cadeia menos de cinco anos depois e desfrutou de uma liberdade que afronta a família da vítima, reclusa na dor, no medo e na luta para se reerguer do trauma. “Meu sobrinho deu de cara com ele em uma festa, às 10 da noite, quando deveria estar na cadeia”, revolta-se a mãe da vítima, Olindina Silva. Enquanto Robson e outros assassinos ganham as ruas antes da hora, o Mapa da Violência revela que os números que alçaram o DF ao sétimo lugar no ranking da violência fatal contra as mulheres acompanham a tendência ascendente de crimes na capital da República. Somente entre 2008 e 2009, as ocorrências de homicídios aumentaram 10%, e as de estupro, 50%.

INJUSTIÇA

O assassino de Grace Kelly foi condenado a

19

19 anos de reclusão, mas saiu da cadeia em menos de

5

anos. Entre 2008 e 2009, os homicídios no DF aumentaram em 10% e os estupro em

50%

Sem proteção do Estado

“Para viver um grande amor, primeiro é preciso sagrar-se cavalheiro e ser de sua dama por inteiro — seja lá como for. Há que fazer do corpo uma morada onde clausure-se a mulher amada e postar-se de fora com uma espada — para viver um grande amor.” (Vinicius de Moraes)

15 de dezembro de 2008, 13h15. Faltavam apenas dez dias para o Natal e o clima era de confraternização em um simpático e acolhedor restaurante da Asa Norte. Com as mesas cheias de gente que se reunia ali para curtir a boa comida e o carinho de amigos e colegas de trabalho, a gerente Ana Paula Mendes de Moura, 33 anos, se desdobrava entre a atenção à clientela e as tarefas do caixa. De repente, gritos de desespero e socorro levaram o terror por entre as mesas espalhadas ao ar livre e as lojas vizinhas. De dentro do pequeno espaço entre o balcão do caixa localizado ao fundo do restaurante e as portas de entrada, correu um homem corpulento vestido de preto. Assustadas, as pessoas pensavam que se tratava de algum segurança em perseguição a um suposto assaltante e abriam passagem. Ninguém seria capaz de

imaginar o que assistiria em seguida.

Estendido no chão entre o balcão e a porta do banheiro, o corpo da gerente que minutos antes se empenhava para que o almoço saísse a gosto do freguês se tingia rapidamente do sangue que não parava de brotar de seu peito. Os olhos de Ana Paula pareciam fixar o infinito enquanto ela se despe-

dia desse mundo sem tempo de entender por que partia daquela forma, sem ninguém do lado de fora com uma espada para protegê-la e garantir o amor cavalheiro a que julgava ter direito. No segundo ano de vigência da Lei Maria da Penha, aprovada em 2006, a batalhadora caçula de nove irmãos que criava sozinha os três filhos foi esfaqueada sem dó pelo ex-companheiro Marcelo Rodrigues Moreira, o homem de

CARLOS ALVES



Guilherme e Thais, dois dos três filhos de Ana Paula, que agora moram com a tia Fátima (ao lado). Oito ocorrências policiais registradas por Ana contra o ex-marido não bastaram para impedir seu assassinato

preto que invadiu o restaurante confiando ter o poder de vida e morte sobre a mulher que dizia amar.

Por acreditar que o apoio ao companheiro o ajudaria a mudar, Ana Paula conviveu, durante nove anos, com idas e vindas entre agressões físicas e morais, separações e reconciliações. Quando a violência se tornava insuportável, ela recorria à polícia. Quando ele se dizia arrependido e ela se comovia, repetia para a família o surrado argumento. “Minha irmã era uma pessoa maravilhosa, alegre, não merecia o que aconteceu com ela. Os filhos dela sofrem muito, eu queria ser forte para não deixar eles sofrerem, mas sofro tanto quanto eles”, conta a técnica judiciária do Superior Tribunal Militar, Maria de Fátima Mendes Moura, que ficou com a guarda dos três filhos da vítima.

Maria de Fátima acompanhou de perto o drama da irmã. Ela relata que as oito ocorrências policiais registradas por Ana Paula, a última, um mês antes de ser assassinada, apontavam crimes como lesões corporais, injúria, perturbação da tranquilidade. Por força da Lei Maria da Penha, Ana Paula havia conseguido que a Justiça proibisse Marcelo de se aproximar dela. A ordem de manter a distância mínima de 200 metros, no entanto, não foi respeitada. Ela

denunciou. Mas o Estado não agiu, deixando o algoz da moça livre para violar a Justiça e lhe tirar a vida.

“É bom lembrar que a violência geralmente é seguida pelo ‘arrependimento’ do agressor, o que pode justificar a tolerância da vítima por anos seguidos”, afirma o promotor de Justiça do Ministério Público do DF Fausto Rodrigues de Lima. No livro *Violência doméstica – vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*, Lima lembra que a maioria das vítimas leva pelo menos oito anos para registrar a primeira ocorrência. “Quando o fazem, é preciso que o Estado esteja preparado para ouvir e agir para cessar o martírio”, diz ele.

A importância dessa intervenção pode ser traduzida com apenas duas palavras: vidas salvas. Essa leitura poderia ter selado de outra forma o destino de mulheres como Elisa Samudio, que em outubro de 2009 registrou queixa de agressão, ameaças, cárcere privado e indução ao aborto contra o ex-goleiro Bruno, na polícia do Rio de Janeiro. Apesar da violência física comprovada no IML, das evidências da situação de risco e da existência de uma vida em gestação, nada foi feito. Elisa teve o pedido de proteção contra o seu algoz negado pela Justiça carioca.

O artigo 5º da Lei Maria da Penha

é de uma clareza exemplar ao configurar as situações de violência. Inova ao introduzir conceitos modernos de unidade doméstica, família e relações íntimas de afeto, e ao respeitar a orientação sexual. No inciso III, assegura a proteção “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação”. A juíza que analisou o pedido, no entanto, optou por uma interpretação preconceituosa. Alegou não existir uma relação duradoura que justificasse a proteção, violando o espírito da lei criada exatamente para assegurar os direitos humanos da mulher.



ARQUIVO PESSOAL

Elisa Samudio poderia ter tido um destino diferente: juíza se negou a aplicar a Lei Maria da Penha baseada em uma interpretação preconceituosa

Um ciclo de agressões e morte

Pesquisa da socióloga Bárbara Musumeci Soares, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, comprova a necessidade de preparo para que o Estado atenda as vítimas, como sustenta o promotor Fausto Lima. Especialista em violência doméstica e de gênero e autora do livro *Mulheres Invisíveis*, ela revela que o ciclo em que vítimas como Ana Paula são enredadas e conduzidas à morte violenta é composto, geralmente, por três

fases. A primeira é a “de construção da tensão no relacionamento”, com ocorrências de agressões verbais, ameaças, crises de ciúmes, destruição de objetos. É quando a mulher acredita que pode acalmar o agressor e sente-se responsável pelos atos dele.

Na segunda fase, da “explosão da violência”, a relação é marcada pelo descontrole e destruição, ficando impossível de administrar. A terceira é a da “lua de mel”. O agressor demons-

tra arrependimento e jura que jamais voltará a agir com violência. De acordo com os estudos de Bárbara, nessa fase “ele será novamente o homem por quem a vítima se apaixonou”. O promotor cita a pesquisa para alertar que os registros policiais ou o simples relato, pela mulher, de violências sofridas são suficientes para justificar uma intervenção do Estado, pois a “lua de mel” geralmente dura pouco e termina quando o agressor se sente impune.

Elas morrem, eles riem

20 de agosto de 2000. A jornalista Sandra Gomide, 32 anos, estava em um haras a 64 quilômetros de São Paulo quando foi surpreendida pelo ex-namorado, Antônio Pimenta Neves, também jornalista. Levou um tiro pelas costas. Já no chão, mais um, na cabeça. Morreu no local onde o ex-todo poderoso diretor do Estadão ficara de tocaia desde cedo, à espera de sua presa. Crime premeditado, por motivo torpe, sem chance de defesa à vítima. Apesar de tantas qualificadoras (condições que agravam a pena), o homem que não se conformava com o fim da relação e por isso matou Sandra foi condenado a apenas 19 anos de reclusão.

Pimenta Neves deixou o Tribunal do Júri ostentando a mesma arrogância com que entrou, certo de que não ficaria na cadeia. Não ficou e ainda conseguiu redução da pena para 15 anos. Institucionalizando a impunidade e o desrespeito à vítima e à sociedade, uma jurisprudência do STF o livrou de cumprir a pena até que seja julgado o último recurso. Assassino confesso, ele continua afrontando a sociedade com a liberdade injusta.

22 de julho de 2010. As algemas e os gritos de “assassino” vindos de populares não impediram o ex-goleiro Bruno de sair rindo do Juizado da Infância e da Juventude, em Contagem (MG), onde mais uma vez se negou a falar às autoridades sobre o cri-

me que chocou o país. Uma mulher morta covardemente, um bebê largado de mão em mão pelos assassinos, nove envolvidos indiciados pela polícia, todos ligados ao ex-goleiro, o homem que se recusa a fazer o exame de DNA que apontaria a paternidade do bebê. A ciranda é macabra, mas isso não impede Bruno de ostentar um sorriso confiante na impunidade.

Ele, Pimenta Neves e outros criminosos do gênero, no entanto, já não contam mais com o apoio escancarado do clamor machista que dividiu a sociedade ante o assassinato de Ângela Diniz, em 1976. Sinal de que, mesmo devagar, há mudanças. Ângela foi morta a tiros pelo companheiro Doca Street, ao romper um relacionamento tão curto como o que motivou o assassinato de Grace Kelly em Brasília, 26 anos depois. O crime tornou-se um divisor de águas nas mobilizações de repúdio à violência contra a mulher. Enquanto grupos feministas reagiam com a campanha “quem ama não mata” às tentativas da defesa de jogar a vítima no banco dos réus, culpando-a pelo crime que os advogados tachavam de “passional, cometido sob violenta emoção”, para enganar o júri, importantes formadores de opinião se ocupavam em atizar o preconceito.

“Os jornalistas Paulo Francis e Tristão de Ataíde mostraram-se indignados con-

tra as feministas. E Lins e Silva (o advogado do assassino) irritou-se com a repercussão que transformou uma ‘briga entre amantes em acontecimento nacional’”, relata a socióloga Eva Alterman Blay, professora da Universidade de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge).

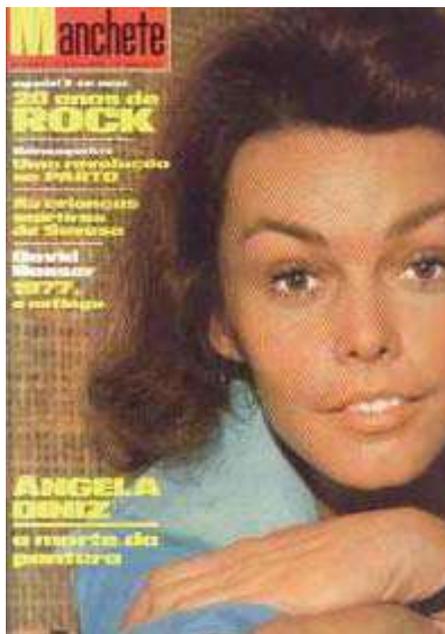
Hoje, a repercussão dos crimes violentos no território democrático da internet ajuda a mostrar que a distância entre os homens das cavernas e os agressores dos tempos modernos, que acreditam ser os senhores da vida das mulheres, ainda está longe de acabar – mas diminuiu. A enxurrada de artigos e comentários a cada violência dá o tom da mudança. “A impunidade facilita o surgimento das redes de proteção aos agressores e enfraquece nossa sensibilidade à dor das vítimas”, afirma a antropóloga da UnB Débora Diniz, em artigo que circulou na web ao analisar a barbárie contra Elisa Samudio.

“O sofrimento de Elisa provoca espanto. A surpresa pelo absurdo dessa dor tem que ser capaz de nos mover para a mudança de padrões sociais injustos”, propõe Débora, que atribui ao modelo patriarcal uma das explicações para a violência. A aplicação do castigo aos agressores não é suficiente para modificar os padrões culturais de opressão, “mas indica que modelo de sociedade queremos para garantir a vida das mulheres”.



AINDA IMPUNE

Condenado a 19 anos de reclusão, Pimenta Neves, assassino confesso da ex-namorada em 2000, não foi para a cadeia e ainda conseguiu redução da pena. Institucionalizando a impunidade, uma jurisprudência do STF o livrou de ser preso até o recurso final.



QUEM AMA NÃO MATA

A morte de Ângela Diniz, em 1976, tornou-se um divisor de águas no repúdio à violência contra a mulher. A campanha “quem ama não mata” mobilizou feministas, mas a tese de “legítima defesa da honra” garantiu a liberdade do assassino, que alegou se “sentir traído” para justificar os três tiros que deu à queima-roupa no rosto da namorada. Quatro anos depois um novo julgamento o condenou a 15 anos de prisão.

Caminho lento (e tortuoso)

O movimento em defesa da vida da mulher começou a ganhar força no Brasil somente a partir dos anos 1970. Na mesma década, entidades internacionais começaram a se mobilizar contra a violência de gênero. As conquistas culminaram com a Lei Maria da Penha, em 2006 – hoje prejudicada por uma decisão do STJ.

1975

A ONU institui oficialmente o Dia Internacional da Mulher (8 de março), para combater o discriminação e a violência de gênero.

1976

O assassinato da socialite Ângela Diniz pelo companheiro levanta o debate em torno dos direitos humanos da mulher. Advogados falam em “crime passionai”, feministas rebatem com “quem ama não mata”.

1979

É aprovada, em Assembleia Geral da ONU, a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, estabelecendo o compromisso de assegurar os direitos humanos das mulheres.

1983

São Paulo cria o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, para combater a violência contra a mulher.

1984

O Brasil ratifica a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.

1985

São Paulo cria a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do país, para assegurar atendimento adequado às vítimas.

1993

A II Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos da ONU defende a igualdade de condição social e os direitos humanos das mulheres, incluindo um capítulo com medidas para coibir a violência.



RENATO ARAÚJO / ABR

MARIA, A LUTADORA – A biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes não se curvou às agressões do ex-marido, o professor universitário Marco Antonio Viveros, que tentou matá-la por duas vezes e a deixou paraplégica. Sem conseguir justiça no país, denunciou as agressões à Organização dos Estados Americanos, que acusou o Brasil de negligência e pressionou o governo a cumprir as convenções de erradicação da violência contra a mulher. Assim nasceu a Lei Maria da Penha.

1994

O Brasil assina a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

2003

A Lei 10.778 determina a notificação compulsória, em todo o território nacional, dos casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos ou privados. A lei foi regulamentada no ano seguinte pelo Decreto 5.099, que criou normas para as notificações.

2006

Entra em vigor a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), determinando a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, medidas de proteção às vítimas e punição dos agressores.

2007

O CNJ determina que tribunais de todo o país criem Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e recomenda capacitação em violência de gênero aos operadores de Direito, especialmente magistrados.

ENTREVISTA • FAUSTO RODRIGUES DE LIMA

País conservador e falso moralista

Enfrentar a violência contra a mulher numa sociedade em que essa prática é culturalmente legitimada pela herança patriarcal como o Brasil não é uma tarefa simples, reconhece o promotor de Justiça do MPDFT Fausto Rodrigues Lima. Há 13 anos atuando em questões de gênero, ele afirma que a Lei Maria da Penha avançou, ao classificar a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos. Apesar disso, a nova lei não está protegendo as vítimas. Para o promotor, isso acontece porque a forte cultura machista impede que as pessoas enxerguem a violência. "O sistema judicial, espelho dessa sociedade, não raro tem se negado a aplicar a lei."



ARQUIVO PESSOAL

Mulheres são assassinadas por ex-companheiros mesmo após a Justiça decretar medidas protetivas, como a que proíbe o agressor de se aproximar. Por que essas vidas não são preservadas? A lei é falha?

As medidas protetivas são eficazes em muitos casos, mas não funcionam isoladamente. A Lei Maria da Penha prevê três mecanismos que devem ser aplicados preferencialmente em conjunto: medidas protetivas, inclusive a prisão; a punição, com o processo obrigatório e a condenação dos culpados; e a prevenção, com a orientação por equipes multidisciplinares qualificadas em gênero.

A violência continua e evolui para o assassinato quando os mecanismos não são aplicados no momento certo e em sintonia. Não há fórmulas mágicas, mas existem circunstâncias que exigem a prisão imediata. Por exemplo, a proposta de se-

paração feita pela mulher sem a aceitação do parceiro. A clássica ameaça "se não ficar comigo, não ficará com mais ninguém" é um indício claro de que o acusado é perigoso. Os tão propalados crimes passionais são na verdade crimes de ódio, em que um dos parceiros, geralmente o macho, se considera proprietário de um objeto. Eliminar o outro é a forma de dizer que ele é que manda.

Num país em que dez mulheres são mortas por dia, não é possível esperar o assassinato para se decretar a prisão. Num caso em Belo Horizonte em que câmaras flagraram um homem matando a ex-esposa, a vítima já havia registrado várias ocorrências. O acusado deveria ter sido preso na primeira delas. A Justiça, porém, permitiu o resultado funesto e previsível.

Qual foi o maior avanço?

O maior avanço da Lei foi preconizar que a violência doméstica é uma violação dos direitos humanos (art. 6º), e não crime de menor potencial ofensivo (art. 41). Por isso, é possível a prisão provisória e o acusado não se livra do processo com o mero cumprimento de medidas alternativas. Além disso, o processo é obrigatório no caso de lesão cor-

poral. Não se exige mais que as vítimas, num esforço heróico e contrário ao sentimento de lealdade que vige na família, autorizem a investigação ou o processo. Qualquer pessoa pode denunciar e o Estado é obrigado a punir o culpado, mesmo que as vítimas não queiram ou tenham se reconciliado com o agressor. Essa medida visa tranquilizar as vítimas e os próprios agressores, para que eles não se sintam motivados a se vingar daquelas.

A Lei determina a criação de casas abrigo para receber mulheres agredidas e seus filhos, condenando-os à reclusão. Não seria mais justo e eficaz afastar o agressor, evitando assim penalizar duplamente a mulher e as crianças com o afastamento do lar e da vida comunitária?

Sem dúvida, as casas abrigo têm sido utilizadas de forma errada desde a sua introdução no Brasil. Geralmente, as mulheres e seus filhos ficam retidos nesses locais enquanto seus algozes usufruem da liberdade. A Lei Maria da Penha não admite mais essa anomalia, pois agora é possível prender os acusados durante a investigação e o processo. Quem deve ser "abrigado" é o acusado, pelo menos enquanto ele representar um risco para a segurança

“ Os tão propalados crimes passionais são na verdade crimes de ódio, em que um dos parceiros, geralmente o macho, se considera proprietário de um objeto. Eliminar o outro é a forma de dizer que ele é que manda ”

de seus familiares. As Casas Abrigo só devem ser usadas quando as vítimas não têm pra onde ir ou o acusado estiver foragido. A Justiça tem procurado determinar a prisão em casos mais graves, mas ainda se encontra muita resistência. Muitos julgados consideram que crimes de ameaça e lesão têm penas muito pequenas e que, por isso, não seria cabível a prisão provisória. O aumento das penas pode resolver essa questão.

Apesar da clareza do artigo 5º da Lei Maria da Penha, a Justiça carioca negou proteção a Elisa Samudio contra as agressões do ex-goleiro Bruno, alegando que não havia relacionamento familiar entre eles. A lei permite essa interpretação?

A Lei Maria da Penha se aplicava como uma luva no caso de Elisa Samudio, pois ela tinha uma convivência com o acusado proveniente de uma relação íntima de afeto, como está expresso no art. 5º. Não é necessária a coabitação para caracterizar violência doméstica. A lei não exclui os relacionamentos sexuais, com ou sem pagamento (prostituição), ou os extraconjugais. A decisão da Justiça carioca em negar proteção a Elisa é uma forma preconceituosa e moralista de puni-la por ter um relacionamento extraconjugal com Bruno.

Infelizmente, esse entendimento tem seduzido muitos juizes e promotores. Há quem defenda que a Lei Maria da Penha não se aplica sequer para namorados. Assim, o falso moralismo reinante faz com que somente as que se submetem ao padrão sexual monogâmico estável sejam protegidas. Por isso, é necessário que os profissionais que atuam na área participem continuamente de programas de capacitação em gênero. O Ministério Público do DF, em parceria com universidades, tem promovido o curso Diálogos Interdisciplinares em Violência Doméstica e Gênero, para todos os profissionais que atuam na Justiça, entre promotores, juizes, psicólogos e servidores.

O que as vítimas podem fazer em casos como esse, de interpretações discriminatórias da lei?

Primeiramente, é preciso que as vítimas tenham acesso direto e permanente

aos promotores, para que possam requerer seus direitos e se orientar. As vítimas devem sempre estar acompanhadas de advogados ou defensores públicos. Muitos Juizados não garantem esse direito, em violação flagrante à Lei Maria da Penha. Quando o direito for negado judicialmente, o promotor ou o advogado deve recorrer aos Tribunais de Justiça.

Em caso de discriminação que atente contra direitos fundamentais ou represente abuso de autoridade, é necessário reclamar às Corregedorias da Justiça (quando o abusador for juiz) ou do Ministério Público (quando for promotor) de cada Estado. É possível também representar diretamente aos Conselhos Nacionais da Justiça ou do Ministério Público, que têm atribuição de fiscalizar essas instituições em todo território nacional.

Por fim, pode-se levar os casos às cortes internacionais, como fez Maria da Penha (leia quadro na página 15). O país pode ser condenado por descumprir seus compromissos em matéria de direitos humanos. É preciso que toda a sociedade se mobilize. Por isso, as entidades feministas e demais órgãos públicos e privados que atuam com violência devem estar sempre atentos para exercer a fiscalização, cobrar uma postura e denunciar os abusos que ocorrem em todo o país.

No livro *Violência doméstica – vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*, o senhor afirma que no Brasil “a maioria absoluta dos promotores e juizes ainda aceita tudo, ou quase tudo, em matéria de violação dos direitos humanos das mulheres”. Essa herança patriarcal que se alinha com a prática da impunidade coloca a Lei Maria da Penha em situação de risco?

Nós vivemos num país machista, conservador e falso moralista. Apesar dos grandes avanços alcançados no sentido da igualdade entre homens e mulheres, as instituições estatais, religiosas, educacionais etc ainda apresentam um grande ranço do sistema discriminatório do passado, traduzido no preconceito de gênero.

Qual a solução? A Lei Maria da Penha deu o caminho: educação em gênero, proteção das vítimas, punição dos agressores. Por que a nova lei não está protegendo

“ Não há fórmulas mágicas, mas existem circunstâncias que exigem prisão imediata. A clássica ameaça ‘se não ficar comigo, não ficará com mais ninguém’ é um indício claro de que o acusado é perigoso ”

“ Decisão do STJ passou a exigir que as mulheres autorizem a investigação e a punição. Com isso, impedem familiares e o Ministério Público de atuar. E os agressores fazem a festa ”

do as vítimas? Simples, a forte cultura machista impede que as pessoas enxerguem a violência. Por isso, o sistema judicial, espelho dessa sociedade, não raro tem se negado a aplicar a lei, utilizando os argumentos mais criativos possíveis.

Tome-se por exemplo decisão do Superior Tribunal de Justiça, de fevereiro deste ano, que, a pretexto de respeitar a “vontade da mulher”, passou a exigir que elas autorizem a investigação e a punição. Com isso, impedem familiares, amigos ou vizinhos e o Ministério Público de atuar. E os agressores fazem a festa. Milhares de ocorrências estão sendo arquivadas diariamente a pedido das vítimas. Milhões de pessoas agredidas deixam de denunciar por razões óbvias. Apesar de tudo, ainda há luz no fim do túnel. O Procurador-Geral da República intentou uma ação no Supremo Tribunal Federal para desconstituir a decisão do STJ, por violação à Constituição. Espera-se que nossa Corte Maior comece a reverter a jurisprudência permissiva à violência doméstica que ameaça a eficácia da Lei Maria da Penha.

“ Espera-se que nossa Corte Maior comece a reverter a jurisprudência permissiva à violência doméstica que ameaça a eficácia da Lei Maria da Penha ”

Síndrome de Amélia

A cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Na absoluta maioria dos casos, por maridos, namorados ou ex. Estamos falando apenas de morte, sem contar os espancamentos, as humilhações, as ameaças, a violência emocional e psíquica – enfim, todos os abusos que nem chega a fazer parte das estatísticas, porque não são denunciados pelas vítimas. De acordo com a OMS, as consequências da violência contra a mulher são profundas; elas vão além da saúde individual e afetam o bem-estar de comunidades inteiras. Por que hoje, no nosso país, essa questão ainda é tão grave? O que leva mulheres modernas e independentes a se submeterem a abusos?

FOTOS: CARLOS ALVES



Após 33 anos de casamento, meu ex-marido me bateu e eu me separei. Procurei a Delegacia da Mulher, mas eles minimizaram a agressão, questionaram se eu tinha para onde ir, se tinha certeza do que fazia...

Voltei sem a ocorrência. A mulher não tem orientação alguma. Conheço outras mulheres que sofreram violência em casa, em todas as classes sociais.

Nancy Pereira Santos, técnica judiciária da Justiça Federal



Tenho um exemplo em casa: meu pai batia na minha mãe e ela teve a coragem de se separar. Eu a admiro muito por isso. Conheci mulheres discriminadas no trabalho, mas ninguém denuncia. Esse é o problema. Tivemos um diretor que só queria trabalhar com homens; dizia que eles não menstruavam, não tinham filhos, não precisavam se licenciar...

Eva Cláudia Medeiros da Silveira, técnica judiciária do STM



Conheço um caso no meio militar, onde uma funcionária e as colegas eram assediadas moralmente e sexualmente. Ela denunciou e a instituição se voltou contra todas. Uma recorreu à Justiça, as outras ficaram com medo. A agressão não é questão de força física, é uma herança cultural que temos na família e na sociedade, que acaba constringendo as mulheres.

Wilza Rosa da Silva Lima, analista judiciária do STM



Presenciei vários casos de discriminação no trabalho. Também tive uma colega agredida pelo namorado; mesmo ameaçada ela o enfrentou. Mas a maioria das mulheres não denuncia. Acho que é por medo, porque a maioria é independente, mas fica dominada pelo homem a ponto de não ter coragem de enfrentar.

Nemilza de Souza Landim Nunes, técnica judiciária do STM



Conheço pessoalmente mulheres que sofreram violência física. Acho inaceitável as agressões contra as mulheres. Elas têm que procurar ajuda, mas não basta a polícia, é preciso um acompanhamento psicológico. A mulher agredida fica muito fragilizada, sem condições de se defender.

Rosana Moreira Tolentino de Brito, técnica judiciária da Justiça Federal



O marido de uma colega um dia invadiu o trabalho para bater nela. Só os seguranças evitaram a agressão. Por vergonha, ela pediu transferência. Isso é uma humilhação pública. As mulheres têm dupla jornada, mas os homens não reconhecem isso. Acho que ainda falta muito para a mulher se igualar ao homem na sociedade.

Ocalinia Francisco de Souza, assistente técnica da Justiça Federal



No trabalho a gente é discriminada só por ser mulher. Já passei por situações que certamente um homem não passaria. Não denunciei porque sabia que não teria respaldo. A sociedade é muito machista, um exemplo disso é o fato dos homens comentarem que ela está com TPM só porque ela está num dia de mau-humor, que num homem é normal.

Waldete Paulino da Cruz, técnica judiciária do STM



Eu e algumas colegas assumimos a chefia de um projeto, mas os homens se sentiram realmente incomodados. Em qualquer alteração de humor já diziam que estávamos com TPM. Hoje há discriminação e competição. E a mulher é vista de forma equivocada. Veja o caso do goleiro Bruno: a justificativa é de que a mulher provocou e teve que ser punida.

Giselle Moreira Cabral de Oliveira, analista judiciária do STM



Acho muito triste as mulheres que sofrem agressões. A conscientização seria um bom caminho, já que elas relutam em procurar seus direitos. Nunca sofri discriminação no trabalho; a nossa sociedade ainda é machista, mas está mudando para melhor. Pesquisas mostram que as mulheres estão alcançando cargos mais altos nas empresas.

Maria Carolina Valente do Carmo, analista judiciária da Justiça Federal



Numa empresa particular, fui muito discriminada e sofri assédio sexual. Também passei por violência física em casa, mas não denunciei. Conheço muitas mulheres que sofreram violência doméstica. A mulher nunca foi tratada com igualdade. Até as próprias mulheres são machistas: além de não saberem reagir, ainda discriminam as que tomam uma atitude.

Águida Maria da Silva, analista judiciário da Justiça Federal



Discriminação e violência não fazem parte do meu dia a dia, mas vejo casos todos os dias nos jornais. A mulher tem que lutar com muita garra para conquistar uma posição e ainda sofre com o machismo. As humildes são as que mais sofrem. Acho que o homem sente forte diante de uma dona de casa, de uma "Amélia".

Maria Auxiliadora de Oliveira Santos, técnica judiciária da Justiça Federal



Conheço muitos casos de violência. Trabalho na campanha *Central de Atendimento à Mulher: sua vida recomeça quando a violência termina*. Muitos parentes pedem ajuda e informações. Existe muito machismo e muitas mulheres machistas. Elas não assumem, mas infelizmente é verdade. Acho que isso persiste por falta de conscientização.

Julia Maria Teodoro, analista judiciária do STM

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Uma vida de aventuras

Thais Assunção

Da infância pobre à realização de sonhos em Brasília – assim pode ser descrita a trajetória de Absalão Alves Amorim. Desde criança, no interior do Maranhão, ele sempre praticou esportes. Os preferidos do garotinho humilde eram o futebol e a natação, que era muito popular nos rios da cidade de São Félix.

Em 1972, quando chegou a Brasília vindo de Aragarina, no estado de Tocantins, a vida de Absalão começou a mudar. Aos 21 anos, o jovem trazia a cunhada para morar na capital. Nem tinha planos de permanecer na região, mas seu irmão que o convenceu ao oferecer um emprego como garçom, em uma boate de Brasília. Depois disso ele trabalhou em dois hotéis, também como garçom, mas nunca deixou de lado seus planos: terminar os estudos e concorrer a um emprego público.

Dividindo o pouco tempo que restava com os estudos, Absalão conseguiu passar em um concurso. Mas não ficou satisfeito, e continuou estudando até ser aprovado no TST. “Fiz faculdade, depois um concurso interno, e hoje sou analista”, conta ele.

Mas os sonhos de Absalão não se resumiam a conquistar um bom emprego; ele queria mais. Queria desbravar o Brasil praticando esportes radicais. “Era um desejo que eu guardava desde a infância, mas, como não tinha condições, esperei até o momento em que poderia custear as minhas aventuras”, explica.

Assim que chegou a Brasília Absalão foi morar em Taguatinga, onde não

deixou de lado o futebol, paixão compartilhada com o irmão. Após alguns anos mudou-se para o Plano Piloto, onde se viu distante da família e dos esportes. “Quando mudei para cá fiquei sem atividade física, mas logo comecei a correr”, conta.

Da corrida para o *mountain bike* foi um pulo. As trilhas, as paisagens e principalmente as cachoeiras fizeram com que ele se tornasse um praticante assíduo desse esporte. “Adoro a natureza, o verde. Saía pra pedalar e sempre chegava a uma cachoeira aqui perto de Brasília. Sempre gostei desses lugares, como o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros”, afirma.

Quando criança Absalão sonhava se aventurar, mas, além de morar no interior, a falta de dinheiro também o impedia de realizar seu desejo. Agora, porém, nada pode detê-lo. Depois da corrida e do *mountain bike* veio o rapel. Há dois anos ele teve sua primeira experiência, nas grutas da cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. Nem o medo que ele sentia de cavernas foi um obstáculo.

“Fico feliz por praticar os esportes de que gosto e ainda me sinto livre das toxinas do trabalho. Quando volto na segunda-feira, volto limpo”, diz.

Após o rapel veio a tiroleza, o arvo-rismo e o *rafting* (descida de rios com corredeiras, em equipe, com botes infláveis) na cidade de Corumbá. “Foram quatro horas de descida com muita chuva. Isso fez com o que o rio ficasse mais agitado. Foi um dos melhores esportes que já pratiquei”, lembra Absalão.

Mas seu coração bateu mais forte

após uma de suas inúmeras visitas ao Jalapão, em Tocantins, onde ele se encantou com uma comunidade remanescente de quilombolas chamada Mumbuca. Sensibilizado com a história da comunidade pobre, chamou os amigos para levarem mantimentos e roupas para doar aos moradores. O gesto de solidariedade já completou seis anos. "Sempre na Semana Santa levamos as doações aos moradores. Eu nasci no interior e não tinha nada, mas minha mãe nunca negou nada às pessoas que necessitavam de alimento. Acho que essa atitude dela me ajudou a ser solidário", avalia.

A saga do analista aventureiro está só começando. Inspirado no explorador, jornalista e fotógrafo Airton Ortiz, que já escreveu dez livros sobre suas viagens internacionais, Absalão já montou um roteiro que começa em setembro deste ano, com uma viagem à África, onde vai escalar o monte Kilimanjaro.

Um livro também está à caminho. É uma espécie de autobiografia, onde o analista conta sua história de vida e um pouco da vida de sua mãe, uma pessoa com grande força e garra. Mas ainda não há data para publicação. Primeiro Absalão vai se aposentar, neste mês de agosto, e viajar durante seis meses, praticando esportes radicais e conhecendo o mundo.



Absalão com crianças quilombolas no Jalapão e praticando rapel (ao lado): sonhos realizados e roteiro "radical" para a aposentadoria

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



CULTURA
X
CULTURA

NA RAIZ DO "SÓ UM TAPINHA NÃO DÓI"

pode estar o crescente de um abuso maior. Se o tapinha é "consenso" entre adultos para experimentos sensoriais (sabe-se lá o porquê) ainda vai. Mas quando é imposto na pressão, pelo assédio de um poder mais dominante sobre outro em dependência crônica, é caminho para criar hematomas mais fundos.

cria uma norma geral com cara autoritária de "verdade". E quem apanha e quem é dominado, submetido ao capricho alheio, de repente se vê sob sevilcia ou até uma fatalidade radical. A deputada Erika Kokay (PT-DF) tem uma cartilha contra a violência sobre as mulheres que diz: "Quem aceita qualquer coisa vira uma coisa qualquer." Toca na questão cultural sobre o quanto a fatalidade se desenha em iniciais "brincadeiras" de mau gosto, piadas depreciativas, comentários depressores, até chegar no cacete, faca ou tiro. E pede a reação das agredidas, digamos leves, antes de virarem vítimas ou óbitos. LUTA antes para não virar LUTO depois!

no enquadramento das ofensas que, óbvio, em um estádio inflamado e turbinado pela droga legal mais conhecida como álcool (que patrocina os eventos), é rastilho no barril para assumir proporções descontroladas. O tapinha é molestatador quando sinaliza que pode resolver. Como não resolve, logo vira um tapão e daí para um espancamento dependente do grau de desequilíbrio. O "perdi a cabeça" não é álibi e soa irônico como atenuante para quem sofreu na carne a tal perda. Atenua sua pena técnica, não minhas dores, vivas.

como se torpe não fosse toda agressão, tem raiz cultural: arrogância exacerbada que "não leva desaforo pra casa", nem pra cadeia (se o/a cara for rico/a). O "você sabe com quem está falando" (com a crise atual pode ser "falando"), a carteirada, o prioridade vip, eu paguei mais (logo posso tudo) e o privilégio não legitimado, são os combustíveis para o despreparo estúpido de quem se perde porque "se acha" maior e melhor. Mesmo sob o risco das tais "leis que não pegam", por ser uma interferência de estado sobre o indivíduo (aí se impõe a prática cultural), vale lutar para que a cultura (modificada) anule a culatra (da arma carregada).

mas tem raízes. A perda de sentido do valor do outro cria essa perversidade dos "playboys" sem limites, mimados, arrogantes, incapazes de manter um relacionamento real onde há troca, solidariedade, afeto profundo que nos encanta ante o mistério que é compartilhar para crescer. Isso vem da atitude cultural, isso se aprende com a magnífica pluralidade cultural do Brasil onde a mestiçagem não é nivelamento de gosto ou expressão, mas a maravilha que afirma: posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou. Afinal, quem tem de ser especial é você, não o seu cheque. Lutar antes para evitar o luto... irreversível, fatal, humilhante, depois!

O novo estatuto do torcedor e a "lei da palmadinha" reforçam a raiz da questão: na base dos atos estão as atitudes que se consolidam como prática usual e solidificam comportamentos que se autorizam a crescer – e talvez resultem em algo mais trágico

TT CATALÃO

Eles cuidam da Terra

Num evento pioneiro, 400 crianças e adolescentes de 12 a 15 anos, eleitos em 46 países, debatem responsabilidades e ações para cuidar do planeta guiados por três princípios básicos: jovem escolhe jovem, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra

Jovens antenados: eles não são "o futuro do país", mas sujeitos de transformação capazes de tomar decisões e atuar no presente



Luísa Molina

Um desavisado acharia que aterrissou num país desconhecido. Jovens com as mais diversas feições conversam em diferentes línguas. Em salas cheias, crianças e adolescentes reúnem-se em rodas, discutem e escrevem, concentrados, acompanhados por facilitadores pouco mais velhos, cujo trabalho é estimular o diálogo nos grupos. Por todo lado há cartazes em português, inglês, francês e espanhol – são as quatro línguas oficiais desse país curioso. A sensação de alegria quase tangível se intensifica no intervalo das atividades, quando os grupos de meninas e meninos das mais variadas partes do mundo aproveitam para tocar tambores, cantar e dançar.

Não se trata de um país estranho, mas da reunião de muitos países em um só espaço. A Conferência Internacional Infantojuvenil Vamos Cuidar do Planeta (Confint) reuniu pela primeira vez na história crianças e adolescentes de todos os continentes para refletir sobre as *responsabilidades* e as *ações* (assim mesmo, em itálico, com ênfase) de todos e de cada um frente às transformações que ocorrem no planeta.

A atitude que aí se desenvolve tem como uma das fontes de inspiração a Ética do Cuidado de Leonardo Boff, que “protege, potencia, preserva, cura e previne”, em uma atitude que “quando intervém na realidade o faz tomando em consideração as consequências benéfi-

cas ou malélicas da intervenção”. As aspas são de um texto oferecido aos participantes e facilitadores do evento, e ilustram um lado marcante da Conferência: a constante reflexão e a preocupação com as discussões conceituais.

Essa preocupação transcende o momento específico da Confint. Esteve presente antes do seu nascimento, nas experiências pioneiras de discussão sobre meio ambiente e sociedade com crianças de todo o Brasil (veja box na página 29). Está presente também nas redes de grupos que dão sustentação a essas iniciativas, como os **Coletivos Jovens** de Meio Ambiente. Há uma maturidade ímpar no movimento socioambiental brasileiro e latino-americano, que se pensa e repensa o tempo todo, imprimindo as suas idéias nas ações que empreende.

A Confint é fruto de tudo isso. Ela se guiou por três princípios: jovem escolhe jovem, jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Essa é uma afirmação da autonomia das crianças e adolescentes como sujeitos de transformação, capazes de tomar decisões e atuar no presente – não como “o futuro do país”, como tanto se afirma. Há aí também uma visão processual das mudanças vividas e realizadas no mundo, e uma perspectiva de continuidade das ações empreendidas no âmbito socioambiental. Também entende-se que o processo de participação política no qual esses sujeitos estão envolvidos é um processo de aprendizagem e de produção de conhecimento.

Visão global, ações locais

A Conferência Internacional reuniu 400 crianças e adolescentes, entre 12 e 15 anos de idade, eleitos em 46 países. Esses delegados contaram com o apoio de 80 facilitadores, jovens entre 18 e 25 anos vindos dos países participantes e das conferências estaduais brasileiras. Entre 5 e 10 de junho deste ano, um centro de treinamento em Luziânia, cedido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, transformou-se em um microcosmo, um espaço vivo e “pulsante”, como lá se gostava de falar.

Esse pequeno planeta teve também um acréscimo de cerca de cem pessoas, entre organização executiva, oficineiros e equipe de apoio. O evento foi registrado por uma equipe de vídeo e pelo grupo responsável pela comunidade virtual *Vamos Cuidar do Planeta* – espaço de encontro e desenvolvimento da continuidade da Confint.

O objetivo do encontro foi “possibilitar que crianças e adolescentes do mundo todo se apropriem localmente de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis”. Vindas das mais diferentes realidades – Angola, Guatemala, Índia, Canadá, Timor

Grupos de pessoas de 15 a 29 anos que atuam em questões socioambientais. Integram a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma).



Leste, Paraguai, Estados Unidos, México, China, Guiné-Bissau, França, Itália, Chile, Palestina – os jovens discutiram as mudanças socioambientais globais, focando-se em mudanças climáticas, e participaram de oficinas temáticas e de **edocomunicação**.

A edocomunicação une educação e comunicação. Defende o direito de produzir informação: além de ler jornal, ouvir rádio e ver TV, as pessoas também podem *fazer* jornal, rádio e TV.

“ O espírito de equipe nos tornou mais do que amigos; viramos irmãos. Não podemos salvar o planeta sem antes nos unirmos. ”

Bernardo Carvalho,
delegado de Portugal

Os delegados foram escolhidos em conferências municipais, estaduais e nacionais sobre meio ambiente em cada país, seguindo o exemplo pioneiro do Brasil. Na Confint, organizados primeiro por continente e depois por idiomas, eles discutiram e condensaram as propostas de seus países e elencaram ações ligadas às responsabilidades expressas nessas propostas.

As discussões foram sintetizadas pelo grupo de delegados que redigiu a Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Planeta. Ela foi levada aos líderes de cada país e divulgada pelos participantes, para que seus compromissos sejam apropriados localmente. Pode ser assinada na internet por todos que desejem apoiar as propostas (<http://carta.vamoscuidardoplaneta.net>). Além do documento escrito, uma “carta musical” também sintetizou as ideias da Conferência (veja na comunidade virtual *Vamos Cuidar do Planeta*).

O encontro dos tambores

A Confint foi um lugar de produção de conhecimento nas oficinas realizadas – sobre agroflorestas, energia solar, rádio e cobertura jornalística, entre outras. Foi também um espaço de intercâmbio e de convivência entre diferentes culturas. Danças, palmas, cantos e músicas, as mais diversas, eram parte vital da Conferência. Começava de manhã bem cedo, quando dois facilitadores (o brasileiro Rangel, coordenador da facilitação, e a canadense Marie-Ève) juntavam os colegas para tocar flautas e pandeiros pelos corredores do CTE e acordar todo mundo. E a todo momento se viam delegados e facilitadores se juntando



para tocar e cantar.

Um momento marcante ficou conhecido como “o encontro de tambores”. Depois do jantar, um delegado da Guiné-Bissau começou a tocar seu tambor ao lado do refeitório. Logo foi seguido pelos seus colegas de delegação, que cantavam e dançavam. Em questão de minutos os delegados da Palestina se juntaram aos da Guiné, levando seus tambores também. Daí para **uma grande festa** não levou mais que um piscar de olhos: logo o saguão ficou lotado, com participantes de todos os países – delegados, facilitadores e adultos – e de todas as áreas da Conferência.

Com tanta diversidade, naturalmente a organização do evento previu espaços interculturais na programação; realizou um Festival das Culturas, com apresentações dos próprios delegados,

e uma mostra de filmes, objetos e outros materiais trazidos dos vários países. Todos esses momentos foram registrados e exibidos ao vivo na internet.

Como o microcosmo que era, a Conferência abrigou atividades que aconteciam ao mesmo tempo e o tempo todo. Os adultos acompanhantes das delegações tiveram uma programação paralela à dos delegados e discutiram o envolvimento de todos e de cada um nos compromissos firmados na Confint. Os 80 jovens facilitadores também se reuniram em um espaço onde começaram a dar corpo e força a uma nova rede.



FOTOS: VITOR MASSAO

“ Vimos culturas do mundo todo. Eu estava sonhando acordada! Quando levantava, não queria que o dia acabasse. ”

Sacha Pouliot-Ngo, delegada do Canadá

Dança, canto, percussão: linguagens universais que acompanharam as quatro línguas oficiais do evento (inglês, francês, português e espanhol)

Confira esse e outros momentos na comunidade virtual <http://vamoscuidar.doplaneta.net/videos/cobertura/>





Crianças surpreendentes

A estrutura brasileira serviu como modelo para a organização dos processos nos países participantes da Confint: conferências nas escolas precedendo as etapas regional e nacional (veja box). Na etapa nacional foram escolhidos os delegados para a Conferência Internacional. Foi pedido aos países que elaborassem as suas cartas das responsabilidades – um documento que condensasse os compromissos para *cuidar* do país, elaborados durante as conferências.

Essa proposta foi muito bem acolhida pelos países. Eventos emocionantes aconteceram pelo mundo afora. Por exemplo, depois da Conferência Nacional *Vamos Cuidar da Guiné-Bissau*, onde a delegação de doze meninos e meninas foi eleita, duzentas pessoas saíram em caminhada pelo centro de Bissau, a capital, para encontrar o presidente do país, Malam Bacai Sanha. Um dos delegados entregou em suas mãos a *Carta de Responsabilidades Vamos Cuidar da Guiné-Bissau*, propondo um

acordo para cuidar do país junto com os jovens. O documentário está disponível no blog da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Assim como na Guiné-Bissau, os processos nacionais nos outros países de língua portuguesa – Angola, São

Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique, Timor Leste, Portugal e Brasil – foram notadamente ricos. A CPLP criou um projeto para incentivar e apoiar os seus membros na Confint; junto com o MEC, elaborou um passo a passo que guiou as comissões organizadoras nacionais, responsáveis pelos processos em cada país. Foi desenvolvido também um blog dos países da CPLP, onde as experiências puderam ser divulgadas e compartilhadas.

No Brasil a seleção dos participantes da Confint se deu em uma plataforma virtual chamada Circuito de Aprendizagem. Voltado para os delegados da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, esse circuito foi uma ferramenta com três funções: de formação, com leituras e discussões; de ação, com a realização de ações concretas ligadas aos temas discutidos; e de eleição da delegação brasileira para a Conferência Internacional.

À exemplo da equipe que acompanhou as conferências nos países da CPLP, os profissionais do MEC que acompanharam o Circuito de Aprendizagem se impressionaram com o conteúdo das discussões dos jovens. O mesmo aconteceu com os facilitadores das atividades da Confint: foi fre-



FOTOS: VITOR MASSAO

Pequenos delegados: crianças do mundo todo surpreenderam os facilitadores do evento pelo grau de afinação com conceitos ambientais de ponta



quente ouvi-los comentar que teriam que estudar muito para acompanhar as reflexões das crianças e adolescentes, todos em perfeita afinação com os conceitos considerados “de ponta” na área socioambiental. E isso foi relatado pelos facilitadores que acompanharam a formação dos grupos em todos os cinco continentes.

A Europa também se organizou antes da Conferência Internacional, com o seu próprio passo a passo, um site próprio e um seminário entre os países participantes (Itália, França, República Tcheca, Rússia, Alemanha, Portugal, Grécia e Espanha), logo depois das etapas nacionais. No seminário os jovens delegados discutiram ações em torno de cinco temas trabalhados na Confint: água, terra, fogo, ar e sociedade. Eles elaboraram, durante o seminário e a Confint, o Manifesto Europeu Vamos Cuidar do Planeta.

Documento aprovado pela Assembleia Mundial de Cidadãos, em 2001. Parte das dinâmicas da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Unido, e também orienta os princípios da Confint, com o conceito de responsabilidade. Veja em www.charter-human-responsibilities.net

Pioneirismo brasileiro

A Confint nasceu para expandir para o resto do mundo uma bem-sucedida experiência brasileira: construir espaços participativos onde crianças e jovens possam dialogar sobre questões socioambientais e elaborar propostas de ação para sociedades sustentáveis. São ações propostas para escolas, comunidades, grupos e indivíduos.

A primeira etapa das conferências pelo meio ambiente foi feita em escolas em todo o país, com discussões e elaboração de projetos e propostas. A segunda etapa foi estadual e regional. Ali reuniram-se os participantes dos eventos nas escolas e foram eleitos os delegados que participaram da Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNI-JMA). Esse processo aconteceu três vezes no Brasil, em 2003, 2006 e 2009.

As duas últimas conferências nacionais tiveram observadores estrangeiros interessados em conhecer a iniciativa, que ao todo envolveu 13 milhões de crianças e adolescentes em 20 mil escolas do país. Entre esses observadores estava Edith Sizoo, representante do comitê do documento internacional **Carta das Responsabilidades Humanas**.

A partir do diálogo com Sizoo e com os jovens participantes das conferências, o Ministério da Educação brasileiro (MEC) abraçou o desafio de realizar uma conferência internacional e enviou convites para todo o mundo.

Apresentações dos delegados: orgulho de mostrar seu país, alegria pela oportunidade de conhecer todos os outros

“ Foi um encontro real de pessoas persistentes e determinadas. Religião, etnia e qualquer outra diferença não foram barreiras. Eu mudei, senti isso dentro de mim. ”

Audrey Marquis-Drolet,
delegada do Canadá

“ Quando fui delegado na 2ª Conferência Nacional, eu tinha só 13 anos. Meu sonho era ser facilitador. Hoje eu me orgulho muito de ter trabalhado na Confint. Foi muito bom saber o que as pessoas pensam e o que elas desejam para o futuro. ”

Cristiano Costa, 18 anos,
facilitador brasileiro



A grande roda na Esplanada: espaços políticos também são espaços humanos



VITOR MASSAO

E o mundo gira...

Para os meninos e meninas de 12 a 15 anos de idade, a Conferência foi não só um trabalho produtivo como também uma experiência inesquecível, rica em novidades e em contrastes. Eles chegaram com muita vontade de participar, expressar suas ideias, mostrar o seu país e conhecer gente do mundo todo. Alguns estavam saindo de sua cidade pela primeira vez. Uma das delegadas, a matogrossense Leticia, contou que para ter acesso à internet precisa enfrentar seis horas de caminhada à pé.

Enquanto as delegadas angolanas apresentavam um número de dança, um grupo de pessoas que assistiam admiradas perguntou ao facilitador de São Tomé e Príncipe: "Existe alguém na África que dance mal?" Ele pensou, pensou e respondeu, sério: "Não." Olinda Milagritos, jovem facilitadora peruana, declarou emocionada, no último dia da Conferência, que havia realizado o sonho de conhecer o mundo inteiro: ela o conheceu em todos os que estavam presentes ali.

A Confint foi não só um evento inovador, mas um espaço de convivência especial, onde cada participante viveu experiências únicas. Delegados, facilitadores, organizadores, jornalistas, seguranças, cozinheiros – todos foram tocados por uma vivência que foi além da estrutura do evento. Quem poderia imaginar que, na despedida, os seguranças estariam chorando junto com os adolescentes? Ou que os participantes ofereceriam uma salva de palmas (além de muitas palavras de agradecimento) aos profissionais de limpeza, refeitório e hotelaria da equipe do CNTI, a instituição anfitriã?

No caso da Confint, essas formas de estar no espaço não eram exceção, mas regra. Ao contrário do que comumente se vê, experiências dessa ordem não só eram acolhidas e positivadas por todos – organização, facilitadores, apoio –, como também ativamente estimuladas. E não se trata apenas de emotividade ou troca de gentilezas. Estamos falando de uma nova visão dos espaços participativos e políticos, agora construídos como espaços essencialmente (e não apesar de tudo) humanos.

Havia uma sala especial, chamada de Sala do Bem-Estar, onde duas profissionais de técnicas de cura alternativas e medicina oriental cuidavam dos participantes com carinho e competência. Um dos pilares da organização de toda a Conferência era justamente a equipe de bem-estar, que observou os mais diversos elementos, como comunicação com as famílias dos partici-

pantes, estrutura da hospedagem e alimentação durante o evento. E não apenas isso, mas também sutilezas que fizeram toda a diferença. Não era privilégio da equipe essa forma de estar e construir o espaço; era uma disposição geral nas equipes de logística, de metodologia, de apoio etc.

E a Conferência, como um organismo vivo, tinha um pulso alimentado e mantido por todos. Esse pulso foi levado no último dia do evento para o centro de Brasília, no gramado da Esplanada dos Ministérios. Ali, ele tomou forma de uma enorme espiral feita por todos os presentes na Confint, de mãos dadas, cantando "e todo mundo cuida, oiê, oiê, cuida do planeta, oiê, oiê". Em seguida, todos foram para o auditório do Museu da República, onde a *Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Planeta* e a Carta Musical foram lançadas na presença do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e outras autoridades.

Mas a Confint continua. Participantes e apoiadores estão na comunidade virtual Vamos Cuidar do Planeta e em outras redes sociais, onde trocam informações sobre ações, projetos e eventos em seus países. A facilitadora Ariadna Pomar conta que os jovens da Catalunha estão trabalhando nas escolas com as responsabilidades e ações da Confint e do manifesto europeu. Junto com os jovens do País Basco e da Galícia, eles estão organizando um encontro das escolas envolvidas nesse projeto, para intercâmbio de experiências.

“ A Confint já tem vida própria, não pode parar. Estamos em contato com o governo para nos apoiar na produção de material educativo para discutir as cartas e sua implementação. ”

Ariadna Pomar,
facilitadora da Catalunha

TODA A LINHA FORD, COM DESCONTO E FATURAMENTO DE FÁBRICA, PARA FILIADOS AO SINDJUS.



www.slavierobsb.com.br | 505 Sul - 2104-0044 | SIA, Trecho 1 - 2193-4444

 **Slaviero**
por você cada vez +

Promoção válida até 31/8/2010. Cadastro sujeito a aprovação.
Imagens somente para fins ilustrativos. Reservamo-nos o direito de corrigir possíveis erros de digitação.

FORD KA 1.0 FLEX - 2010/2011									
	Catálogo	Sólida	Metálica	Perol.	Desc.	Sólida	Metálica	Perol.	
BASE (trava elétrica c/ controle remoto, alarme volumétrico, abertura de porta-malas no painel)	KBC1	26.240,00	26.942,00	0,00	9,5%	24.742,23	24.382,51	0,00	
VERSÃO FLY + KIT NEO (Vidros elétricos)	KFM1	27.560,00	28.262,00	0,00	9,5%	24.941,80	25.577,11	0,00	
BASE + KIT SOMMA (Ar condicionado)	KBD1	29.100,00	29.802,00	0,00	9,5%	26.335,50	26.970,81	0,00	
VERSÃO FLY + KIT PRESTIGE (Dir. Hidráulica + Vidros elétricos)	KFN1	29.380,00	30.082,00	0,00	9,5%	26.588,90	27.224,21	0,00	
VERSÃO FLY + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	KFP1	31.500,00	32.202,00	0,00	9,5%	28.507,50	29.142,81	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT NEO (Vidros elétricos)	KPK1	28.360,00	29.062,00	0,00	9,5%	25.665,90	26.301,11	0,00	
VERSÃO FLY + KIT NEO + MY CONNECTION - (vidros elétricos)	KFO1	28.460,00	29.162,00	0,00	9,5%	25.756,30	26.391,61	0,00	
VERSÃO FLY + KIT PRESTIGE + MY CONNECTION - (Dir. hidráulica + vidros elétricos)	KFR1	30.300,00	31.002,00	0,00	9,5%	27.421,50	28.056,81	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT PERFORMER + MY CONNECTION (Ar. Cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos + rodas de liga leve 14")	KPP1	34.030,00	34.732,00	0,00	9,5%	30.797,15	31.432,46	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT PRESTIGE (Dir. hidráulica + vidros elétricos)	KPL1	30.180,00	30.882,00	0,00	9,5%	27.312,90	27.948,21	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	KPM1	32.300,00	33.002,00	0,00	9,5%	29.231,50	29.866,81	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	KPN1	33.130,00	33.832,00	0,00	9,5%	29.982,65	30.617,96	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER + KIT SEGURANÇA (Air bag duplo)	KPO1	34.130,00	34.832,00	0,00	9,5%	30.882,65	31.522,96	0,00	
KIT PULSE + KIT CLASS + VERSÃO TECNICO (Rádio My connection + itens personalização tecno)	KTC1	33.970,00	34.672,00	0,00	9,5%	30.742,85	31.378,16	0,00	
FORD KA 1.6 FLEX - 2010/2011									
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	KUD1	35.100,00	35.802,00	0,00	8,0%	32.292,00	32.937,84	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	KUE1	35.030,00	35.732,00	0,00	8,0%	33.055,60	33.701,44	0,00	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER + KIT SEGURANÇA (Air bag duplo)	KUF1	36.930,00	37.632,00	0,00	8,0%	33.975,60	34.621,44	0,00	
KIT PULSE + KIT CLASS + VERSÃO TECNICO (Rádio My connection + itens personalização tecno)	KTD1	36.480,00	37.182,00	0,00	8,0%	33.561,60	34.207,44	0,00	
FIESTA ROCAM HATCH 1.0L FLEX - 2010/2011									
BASE (Travas elétricas, alarme perimétrico, travamento a 15 km/h, ajuste altura banco motorista)	FAB1	30.340,00	31.240,00	31.480,00	11,5%	26.850,90	27.647,40	27.859,80	
BASE + KIT SOMMA (Ar condicionado)	FAC1	33.240,00	34.140,00	34.380,00	11,5%	29.417,40	30.213,90	30.426,30	
VERSÃO FLY + KIT NEO (Vidros elétricos)	FBA1	32.040,00	32.940,00	33.180,00	11,5%	28.355,40	29.151,90	29.364,30	
VERSÃO FLY + KIT PRESTIGE (Dir. hidráulica + vidros elétricos)	FBB1	33.640,00	34.540,00	34.780,00	11,5%	29.771,40	30.567,90	30.780,30	
VERSÃO FLY + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	PBC1	35.690,00	36.590,00	36.830,00	11,5%	31.585,65	32.382,15	32.594,55	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	FCA1	37.190,00	38.090,00	38.330,00	11,5%	32.913,15	33.709,65	33.922,05	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	FCB1	38.190,00	39.090,00	39.330,00	11,5%	33.798,15	34.594,65	34.807,05	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT SEGURANÇA (Air bag duplo + ABS)	FCC1	39.290,00	40.190,00	40.430,00	11,5%	34.771,65	35.568,15	35.780,55	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + Rádio My connection	FCD1	38.190,00	39.090,00	39.330,00	11,5%	33.798,15	34.594,65	34.807,05	
FIESTA ROCAM HATCH 1.6L FLEX - 2010/2011									
VERSÃO FLY + KIT NEO (vidros elétricos)	FDB1	34.590,00	35.490,00	35.826,00	9,5%	31.303,95	32.118,45	32.422,53	
VERSÃO FLY + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	FDD1	38.240,00	39.250,00	39.380,00	9,5%	34.607,20	35.521,25	35.638,90	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos + Faróis de Neblina)	FEE1	39.740,00	40.750,00	40.976,00	9,5%	35.964,70	36.878,75	37.093,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	FEF1	40.740,00	41.750,00	41.976,00	9,5%	36.869,70	37.783,75	37.998,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER + ABS	FEG1	41.840,00	42.850,00	43.076,00	9,5%	37.865,20	38.779,25	38.993,78	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER + Rádio My connection + Faróis de Neblina + Vidros elétr. + Alarme volumétrico + Esp. Retrovisor elétrico + Alto falantes e Tweeters	FEH1	43.000,00	44.010,00	44.236,00	9,5%	38.915,00	39.829,05	40.033,58	
FIESTA ROCAM SEDAN 1.0L FLEX - 2010/2011									
BASE (Travas elétricas, alarme perimétrico, travamento a 15 km/h, ajuste altura banco motorista)	SAB1	34.050,00	34.952,00	35.202,00	11,0%	30.304,50	31.107,28	31.329,78	
BASE + KIT SOMMA (Ar condicionado)	SAC1	36.950,00	37.852,00	38.102,00	11,0%	32.885,50	33.688,28	33.910,78	
VERSÃO FLY + KIT NEO (Vidros elétricos)	SBA1	35.750,00	36.652,00	36.902,00	11,0%	31.817,50	32.620,28	32.842,78	
VERSÃO FLY + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	SBB1	39.400,00	40.302,00	40.552,00	11,0%	35.066,00	35.868,78	36.091,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos)	SCA1	40.900,00	41.802,00	42.052,00	11,0%	36.401,00	37.203,78	37.426,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	SCB1	41.900,00	42.802,00	43.052,00	11,0%	37.291,00	38.093,78	38.316,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT SEGURANÇA (Air bag duplo + ABS)	SCC1	43.000,00	43.902,00	44.152,00	11,0%	38.270,00	39.072,78	39.295,28	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + Rádio My Connection	SCD1	41.900,00	42.802,00	43.052,00	11,0%	37.291,00	38.093,78	38.316,28	
FIESTA ROCAM SEDAN 1.6L FLEX - 2010/2011									
VERSÃO FLY + KIT NEO (Vidros elétricos)	SDC1	38.320,00	39.311,00	39.549,00	11,5%	33.913,20	34.790,24	35.000,87	
VERSÃO FLY + KIT PRESTIGE (Dir. hidráulica + vidros elétricos)	SDD1	39.920,00	40.911,00	41.149,00	11,5%	35.329,20	36.206,24	36.416,87	
VERSÃO FLY + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos) -	SDH1	41.970,00	42.961,00	43.199,00	11,5%	37.143,45	38.020,49	38.231,12	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS (Ar cond. + dir. hidráulica + vidros elétricos + Computador de Bordo)	SEE1	43.470,00	44.461,00	44.699,00	11,5%	38.470,95	39.347,99	39.558,62	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT SEGURANÇA (Air bag duplo + ABS)	SEF1	45.570,00	46.561,00	46.799,00	11,5%	40.329,45	41.206,49	41.417,12	
VERSÃO PULSE + KIT CLASS + KIT PERFORMER (Rodas de liga leve 14")	SEG1	45.470,00	46.461,00	46.699,00	11,5%	40.240,95	41.117,99	41.328,62	



Yuri Matsumoto Macedo formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).

Neste espaço, os psiquiatras Yuri Matsumoto Macedo e André Luis Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Hiperativos e desatentos

Quem não ouviu falar em crianças muito agitadas ou desligadas? A imagem que vem à mente é a do “capetinha” correndo, subindo, pulando, quebrando coisas e dando muito trabalho para pais e professores. Ou a criança que vive no mundo da lua, alheia, perdida em suas fantasias. Mas engana-se quem acha que estas sejam sempre inocentes características infantis.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição patológica descrita há décadas sob diversos nomes. Ela sempre começa na infância, mas pode acompanhar o sujeito até a vida adulta e causar muito sofrimento. Caracteriza-se basicamente por três sintomas: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Em algumas pessoas predomina a desatenção; em outras, a hiperatividade e a impulsividade. Há também o subtipo combinado, onde estão presentes todos os sintomas.

Se na infância podem ocorrer baixo rendimento escolar e dificuldades disciplinares e sociais difíceis de serem superadas, na vida adulta o TDAH pode resultar em prejuízos ainda maiores, como, por exemplo, diminuição de produtividade no trabalho, formação profissional inferior ao potencial da pessoa, dificuldades de relacionamento, tendência a largar projetos, desorganização, baixa auto-estima, uso de drogas, depressão e outros transtornos.

O TDAH é uma doença do desenvolvimento do sistema nervoso central e possui forte componente genético. O transtorno atinge de quatro a cinco crianças e de dois a três adultos a cada cem habitantes. Estudos recentes mostram que ele tem distribuição mundial, ou seja, não é apenas um traço cultural.

Várias são as dificuldades no diagnóstico do TDAH. Ele é uma condição dimensional e não categorial – ou seja, todos nós temos os sintomas descritos nos questionários de avaliação, pelo menos em alguns dias. O portador, porém, os têm sempre, intensamente, e acaba sofrendo perdas irrecuperáveis por causa deles. Outra dificuldade são as diferenças óbvias na sintomatologia da criança e do adulto. Além disso há o preconceito, tanto entre os leigos, portadores e familiares, quanto entre os profissionais da área de saúde.

Para fazer o diagnóstico, psiquiatras e psicólogos experientes e capacitados sobre o assunto são os mais indicados. O tratamento do TDAH deve ser uma combinação de medicamentos, orientação e técnicas psicoterápicas específicas que são ensinadas ao portador. A medicação é parte muito importante do tratamento e pode ser necessária para o resto da vida, especialmente no caso dos adultos. A terapia é essencial na recuperação, principalmente quando há anos de prejuízos sociais e psicológicos acumulados.

TESTE • Conheça os sintomas do TDAH

MARQUE:

- Nunca
- Raramente
- Algumas vezes
- Frequentemente
- Muito Frequentemente

PARTE A

- Com que frequência você comete erros por falta de atenção quando tem que trabalhar num projeto chato ou difícil?
- Com que frequência você tem dificuldade para manter a atenção quando está fazendo um trabalho chato ou repetitivo?

3. Com que frequência você tem dificuldade para se concentrar no que as pessoas dizem, mesmo quando elas estão falando diretamente com você?

4. Com que frequência você deixa um projeto pela metade depois de já ter feito as partes mais difíceis?

5. Com que frequência você tem dificuldade para fazer um trabalho que exige organização?

6. Quando você precisa fazer algo que exige muita concentração, com que frequência você evita ou adia o início?

7. Com que frequência você coloca as coisas fora do lugar ou tem dificuldade de encontrar

“Era uma confusão na minha mente”

Meu apelido quando criança era “voador”. Eu tinha dificuldade de manter a atenção nas coisas. Não tinha muitos amigos e passava boa parte do tempo em casa, perdido em pensamentos. Era como viver em uma bolha. Estudar era uma tortura. Lembro da dificuldade que tinha para me concentrar nas aulas. Por mais que eu tentasse, não dava certo. Sentia fortes dores de cabeça sempre que tentava me forçar a estudar. Em período de prova era mais complicado, travava tudo. Era um branco total. A pressão anulava minha concentração.

Foram anos de sofrimento. Com muito esforço conseguir concluir o curso de Engenharia Civil. Mas a partir daí as coisas ficaram mais difíceis. A atividade profissional exigia muita atenção. Diante da pressão eu ficava confuso, não conseguia pensar, mal entendia os pedidos do chefe, tinha dificuldade de concluir tarefas, cometia erros frequentes.

Minha vida era uma bagunça. O TDAH dificultava expor as minhas ideias, que eram muitas e desordenadas. Era uma confusão só na minha mente. Pensei várias vezes em desistir de tudo. Mas o que eu podia fazer? Partir para outro ramo? Como? A

única coisa a fazer era continuar andando do jeito que dava.

Busquei respostas para o meu problema, e nada. O transtorno ainda não era conhecido pelos psicólogos da minha antiga cidade. Tentei vários exercícios de concentração e memória, mudei a alimentação. Mas o avanço era muito pequeno. Estava perdendo a esperança de uma solução quando vi o TDAH na TV e busquei a ajuda de uma especialista.

Aos 28 anos comecei a usar o medicamento. Minha vida mudou completamente. Hoje não perco mais tempo, facilmente desenvolvo as minhas atividades e meus pensamentos estão mais ordenados.

Maurício da Silva,
engenheiro civil

“Eu achava que era mesmo lenta e burra”

Minha primeira experiência de fracasso escolar foi na pré-escola. Meus pais receberam a notícia de que eu não passaria para a 1ª série por não conseguir acompanhar a turma nas atividades. Passei para os anos seguintes sempre com dificuldades e ficando de recuperação, mesmo sendo estudiosa e esforçada. Só para ter uma ideia, meus irmãos me apelida-

ram de “Lentina”, ou seja, lenta.

A 6ª série foi a mais difícil, repeti duas vezes. Eu achava que era mesmo lenta e burra. O sentimento era de inferioridade. Outro dia, achei um pedaço de papel com anotações do meu pai referente a uma reunião de pais que dizia: “Muito desatenta na sala de aula, muito desorganizada com o material....”.

Até que consegui chegar ao antigo 2º grau, com muita dificuldade e me sentindo mal por ser a mais velha da sala. No 1º ano tive a péssima experiência de ser reprovada mais uma vez. Resolvi fazer um supletivo para “terminar” os estudos, pois achava que não tinha capacidade intelectual para fazer faculdade.

Após muita conversa com meu namorado, hoje meu marido, fui convencida de que era capaz. Para minha surpresa passei para uma boa faculdade; apesar de algumas dificuldades, virei uma psicóloga apaixonada pela profissão. Hoje sou uma pessoa realizada, tenho orgulho de mim mesma por ter conseguido chegar aonde estou. Tenho meu trabalho reconhecido e pretendo fazer especialização em TDAH. Faço uso de medicamento e levo uma vida normal e feliz.”

Catarina, psicóloga

Indicação de leitura: Associação Brasileira do Déficit de Atenção • <http://www.tdah.org.br>

as coisas em casa ou no trabalho?

8. Com que frequência você se distrai com atividades ou barulho à sua volta?

9. Com que frequência você tem dificuldade para se lembrar de compromissos?

PARTE B

1. Com que frequência você fica se mexendo na cadeira ou balançando as mãos ou os pés quando precisa ficar sentado por muito tempo?

2. Com que frequência você se levanta da cadeira em reuniões ou em outras situações em que deveria ficar sentado?

3. Com que frequência você se sente inquieto ou agitado?

4. Com que frequência você tem dificuldade para sossegar e relaxar quando tem tempo livre para você?

5. Com que frequência você se sente ativo demais, necessitando fazer coisas, como se estivesse “com um motor ligado”?

6. Com que frequência você se pega falando demais em situações sociais?

7. Quando você está conversando, com que frequência você se pega terminando as frases das pessoas antes delas?

8. Com que frequência você tem dificuldade para esperar nas situações onde cada um tem a sua vez?

9. Com que frequência você interrompe os outros quando eles estão ocupados?

ATENÇÃO! Este teste é apenas ilustrativo. Quanto mais letras E e D você marcou, maiores as chances de ter TDAH. Mas é importante lembrar que **só um especialista pode fazer o diagnóstico.**

O dom de servir

Moradora de Santa Maria divide a casa simples com a sede da associação que ela mesma criou para ajudar idosos e outras pessoas carentes

Fabiola Góis

Maria Perpétua Vieira da Silva, uma baiana de 46 anos, dedica-se à causa social como um agradecimento por estar viva. Moradora de Santa Maria, ela não economiza palavras pra dizer que o que faz hoje é uma retribuição a Deus por ter sido curada de um câncer (linfoma) quando tinha apenas 29 anos. Ficou um ano internada, entre a vida e a morte. Não só ficou livre da doença como conseguiu ter forças e saúde para cuidar dos outros.

Sem receber um centavo do governo, Perpétua montou há sete anos uma entidade para atender idosos carentes. O que seria um atendimento dire-

cionado aos velhinhos virou um ponto para as demandas de mães solteiras, egressos do sistema penitenciário e crianças. A Associação Adolescente da Segunda e Terceira Idade (ADSTI) funciona na casa de Perpétua, que abdicou de viver sozinha com os filhos em uma casa de primeiro andar numa quadra humilde de Santa Maria para dividir o espaço com aqueles que precisam de atenção. Ela divide os cômodos da residência com a Associação. A casa não funciona como abrigo permanente, mas serve de local para que idosos sejam alfabetizados e recebam orientações para aposentadoria; também há distribuição de verduras e frutas e ensino de artesanato.

Todo mundo ajuda: filhos, vizinhos, feirantes da Ceasa, comerciantes. Menos o governo. Ela até hoje não conseguiu desenrolar a documentação da entidade para conseguir receber recursos do GDF. E não foi por falta de orientação e ajuda. Advogados se empenham para agilizar a tramitação, mas a burocracia atrapalha.

A sorte é que, na mesma proporção do descaso do governo, há gente empenhada em mudar a realidade à sua volta. Nos quatro cantos do Distrito Federal, há homens e mulheres preocupados com o próximo. Associações beneficentes, asilos de idosos, creches ser proliferam para atender

pessoas carentes que são esquecidas pelo Estado. Campanhas políticas vêm e vão, promessas se repetem, mas muito pouco é feito. E é cada vez mais difícil diminuir as desigualdades sociais existentes nas cidades satélites que circundam Brasília, a capital do país.

Perpétua é dessas pessoas que nascem predestinadas a se líder. Ela lembra que desde os dez anos de idade ajuda a mãe, devota de Nossa Senhora Perpétua do Socorro, a organizar a festa da Santa, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. "Cresci com o dom de servir", resume a baiana. Depois disso não parou mais. Veio para Brasília em 1979 ajudar a irmã a cuidar da filha. Depois trabalhou como doméstica, terminou o ensino médio e empregou-se em uma empresa privada, até se aposentar.

O trabalho voluntário no DF começou com o Grupo dos Vicentinos, ligado à Igreja Católica. Ao fazer visitas nas comunidades carentes, Perpétua ficou ainda mais perto das necessidades básicas do ser humano: falta de alimento, roupas, remédios. E viu que havia gente muito mais humilde do que ela, que precisava de atenção, de carinho, de amor. "Lembrava do tempo que fiquei em cima de uma cama sem poder cuidar dos meus filhos. E jurei que se Deus me deixasse cuidar deles ia servir ao próximo e continuar o trabalho Dele", conta Perpétua, emocionada.

Perpétua só não conseguiu vencer a burocracia: todo mundo ajuda a associação, menos o governo



FOTOS: CARLOS ALVES



Ilda Pereira Porto, 60 anos, e o marido Messias, 80, aprenderam a ler e escrever na escolinha da ADSTI: orgulho dos cadernos escolares

A Associação tem um grupo de atendimento para 70 idosos, além de 400 que são assistidos de alguma forma. Quem não sabe ler, aprende. Quem não tem profissão passa a ter. Quem não se aposentou consegue receber o benefício. Simples assim. É a dedicação dos voluntários (a entidade tem dez dirigentes) que promove essas mudanças na vida das pessoas, como na da aposentada Maria Celeste da Silva e Souza, uma risosinha senhora de 69 anos que mal sabia ler e escrever e hoje consegue muito mais que isso. Ela vive na comunidade cercada por pessoas de quem gosta e com quem divide os novos ensinamentos. “Os voluntários nos levam para passear e dançar. As

pernas estão enferrujando, não posso parar”, diz.

Também é atendido na Associação o casal Messias Pereira Porto, 80 anos, e Ilda Pereira Porto, 60 anos. Eles aprenderam a ler e escrever na escolhinha. A filha de Perpétua, Núbia da Silva Ribeiro, 25 anos, é quem alfabetiza o grupo. Os dois têm dificuldades na fala e não acreditavam que pudessem conseguir ler e escrever. Eles guardam os cadernos das aulas com orgulho. Perpétua também envolveu a irmã nas atividades da Associação. Aluna das aulas de alfabetização, é ela quem atende os telefonemas e anota os recados.

O local para a sede da Associação já existe, mas não há recursos finan-

ceiros para construir uma casa. A Administração da cidade cedeu o espaço há seis anos; políticos prometeram ajuda, mas até agora nada. “Nossa ideia é construir um local onde os mais carentes possam ficar. Todo idoso que nos procura eu tenho que encaminhar para um abrigo, que está sempre cheio de gente”, comenta Perpétua.

O sonho dela – e dos demais voluntários – é ampliar o atendimento. “Há muitos filhos que batem e maltratam os idosos carentes. Só querem receber a aposentadoria deles e não querem compromissos”, denuncia.

**Para ajudar a Associação Adolescente da Segunda e Terceira Idade (ADSTI):
3394-0553 / 8532-5365**

Núbia, 25 anos,
filha de Perpétua:
alfabetizadora



Quer ajudar? Comece agora!

Doe sangue, salve vidas

Onde doar:

- Hospital de Base: SMHS, quadra 101, fone 3325-4050.

- Fundação Hospitalar do DF: SMHN, quadra 3, cj. A, bl. 3, próximo ao HRAN. Seg. a sex., de 7h a 18h; sáb. de 7h a 12h. Contatos: fones 160 e 3327-4424/4410. Mais informações no site www.fhb.df.gov.br

- Fundação Hemocentro: SMHN quadra 3, cj. A. Contatos: 3327-4462/64 e pr@fhb.df.gov.br

Potes de vidro para leite materno

Seus potes de vidro usados podem ajudar a salvar vidas de muitos bebês (e seu leite também). Campanha do Berçário do Hospital Santa Helena. Atenção: apenas vidros com tampa de plástico. Acima de 30 unidades eles buscam em casa. Contatos: 3215-0029.

Remédios

O HRAN recebe doação de remédios. Contato: Dra. Neide, 3325-4249, neide@linkexpress.com.br

Roupas, alimentos e brinquedos

A Aldeias SOS recebe roupas, alimentos, brinquedos para crianças. Mais informações no site www.aldeiasinfantis.org.br

Livros infantis e outros

O projeto Casa do Saber já implantou 73 bibliotecas no DF e beneficia cerca de 160 mil pessoas, tudo com doações de livros. Doe nos postos da rede Gasol ou agende o recolhimento pelo telefone 0800-614553.

Livros de qualquer tipo

A ONG T-Bone fez bibliotecas em 36 pontos de ônibus da W3 norte. Doações no Açougue Cultural T-Bone, das 8h às 19h. CLN 312, bl. B, lj. 27, fone 3274-1665.

Livros, CDs e RPG

O Espaço Cultural COPE compra, vende e troca livros (novos e usados), CDs e jogos RPG. Eles doam livros didáticos usados para escolas públicas de ensino fundamental. Contatos: 3274-1017 (CLN 409, bl. D, lj. 19/43) e 3201-1017 (Feira dos Importados, cj. B, lj. 418/420).

Livros com temas ambientais

A Associação Amigos do Futuro recebe livros, vídeos, revistas e monografias sobre temas ambientais. Contatos: 3346-0422.

Kimonos usados

O professor Tranquillini dá aulas de judô para crianças e adolescentes carentes de 7 a 17 anos e precisa de kimonos usados. Contatos: 3224-7728 e tranquillini@abordo.com.br

Computadores

O Centro de Democratização da Informática (CDI) é uma ONG que trabalha com a população carente do DF e entorno. Conta com doação de equipamentos para continuar o trabalho. Contatos: (61) 3322-7233; Marco Ianniruberto (diretoria@cdi-df.org.br) e Aldiza (aldiza@esquel.org.br).

Bicicletas usadas ou com defeito

A ONG Rodas da Paz recebe doação de bicicletas novas, usadas ou com defeito. Eles reformam e doam a crianças carentes. As que não têm conserto servem para fazer triciclos para deficientes. Contatos: Maurício (8408-8498) e Andréia (9986-2911 e 3447-4551). E-mails: thebruce@terra.com.br e www.osteixeiras.com.br

Eletrodomésticos

A cooperativa de recicladores de lixo 100 Dimensão recebe eletrodomésticos usados ou com pequenos defeitos, restaura e repassa a quem precisa. Fica na QN 16 cj. 5, lt. 2, entrada do Riacho Fundo II. Contatos: Sônia (8442-3275) e Ângela (angel01@hotmail.com).

Óculos velhos ou quebrados

A Voriqes Óptica recebe óculos com defeitos ou quebrados, conserta e doa para idosos e crianças carentes. Contatos: Marina e Wallace, 3346-6100 e 3346-9692. Lojas: Centro Médico de Brasília (SHLS 716, bl. F, lj. 16/43) Pátio Brasil (térreo, lj. 104W, fones 3225-8586 e 3223-3496) e Gilberto Salomão (Lago Sul, fones 3248-6952 e 3364-3616). E-mails: marketing@voriqes.com.br e assessoria@voriqes.com.br

Adoção de animais

A Associação Protetora dos Animais do DF (ProAnima) promove a adoção de animais abandonados e recebe doação de remédios e alimentos. Contatos: 3032-3583 e proanima@proanima.org.br. SCLN 116, bl. I, lj. 31, subsolo, Ed. Cedro.

Jovens voluntários

A ONG Sonhar Acordado leva jovens para passar o dia fazendo companhia a crianças carentes. Recebe doação de roupas, calçados, alimentos e materiais de construção. Contatos: Mateus, fones 9963-9639 e 3468-3769. E-mail: mateus@sonharacordado.com.br

SEJA VOLUNTÁRIO

Conheça a campanha EU DÔO TALENTO, mais uma ação solidária do SINDJUS

- Você também pode indicar entidades sociais que precisem de trabalho voluntário de qualquer tipo, ou ainda de doações. Nossa equipe entra em contato com a instituição e inclui na lista.
- Se você tem vontade de fazer um trabalho voluntário mas não sabe onde, escolha uma entidade na nossa lista. Tem muita gente precisando daquilo que você sabe fazer.
- Vale tudo: de plantar árvores a visitar doentes; de advogar a pintar paredes; de contar histórias a consertar computadores; de fazer contabilidade a liderar campanhas. Veja a lista no nosso site.



Emily Dickinson, poesia & bordado

Antônio Carlos Queiroz, ACQ

Recentemente, ao tentar traduzir um poema de Emily Dickinson de 1862, percebi, na sua leitura vertical, que a peça se parece com um tapete ou uma toalha bordada. Além das rimas, algumas apenas visuais, saltaram aos olhos e aos ouvidos padrões gráficos e fonéticos ao longo do texto.

Três *clusters* repetem-se nas quatro linhas da primeira estrofe: "*Bird, did, bit, ate*", "*down, know, Angle, fellow*" e "*Walk, saw, Worm, raw*".

A segunda estrofe bisa a expressão "*And then*" na primeira e na terceira linha, e a palavra "*Grass*" da segunda linha rima com "*pass*", da quarta..

Na terceira estrofe, destacam-se na mesma posição quatro verbos flexionados no particípio passado: "*glanced, hurried,*



Emily: ousadia
e subversão da
linguagem

looked, stirred". A expressão "*rapid eyes*" da primeira linha joga foneticamente com a expressão "*like frightened*" da terceira. De maneira imperfeita, a palavra "*abroad*" da segunda linha rima com o vocábulo "*Head*" da quarta linha. Mais próximos, entretanto, ficam as palavras "*abroad*" e "*thought*" (terceira linha). E é interessante notar as rimas visuais de "*Beads*" (terceira linha) com "*Head*" (quarta).

Jogos semelhantes ocorrem nas duas últimas estrofes. Por outro lado, chama a atenção esse tipo de jogo também na leitura horizontal do poema, como as consonâncias com "d" na primeira linha da segunda estrofe (*he drank a Dew*) ou com "p" na última linha do poema (*Leap, plashless*).

Os músicos diriam que há uma lei-

tura contrapontística linha a linha do poema, e uma leitura vertical harmônica. É de se imaginar os efeitos sonoros desse poema se ele fosse explorado por um coral.

CRUA? – Sem título, como todos os outros de Emily Dickinson, o poema em análise conta o encontro de uma pessoa com um passarinho que pousa na calçada, come uma minhoca (crua!, mas desde quando passarinho cozinha minhocas?), bebe uma gota de orvalho e dá passagem a um besouro. Desconfiado, ele sonda os arredores, e seus olhos inquisitivos são comparados a contas assustadas. Na primeira linha da quarta estrofe, uma ambiguidade: quem fica em estado de alerta, o passarinho ou o observador? O ob-

servador oferece migalhas ao passarinho que, no entanto, o esnoba e volta para casa. As imagens do retorno são belíssimas. O bicho fica eriçado e vai embora como se estivesse remando, de maneira mais tranquila do que remos que fendem o oceano, muito calmo, sem ondas. Essa tranquilidade é comparada também às borboletas, que das praias de alguma região ensolarada (um país do Mediterrâneo ou algum país tropical?) voam como se estivessem nadando, sem borrifos.

São inúmeras as possibilidades de interpretação do poema. Na primeira parte do poema, a natureza é flagrada em estado bruto: um passarinho devora uma minhoca sangrando, bebe água e, já saciado, deixa um besouro passar. Na segunda parte, um civiliza-

A Bird came down the Walk –
He did not know I saw –
He bit an Angle Worm in halves
And ate the fellow, raw,

And then, he drank a Dew
From a convenient Grass –
And then hopped sidewise to the Wall
To let a Beetle pass –

He glanced with rapid eyes
That hurried all abroad –
They looked like frightened Beads, I thought –
He stirred his Velvet Head. –

Like one in danger, Cautious,
I offered him a Crumb
And he unrolled his feathers
And rowed him softer Home –

Than Oars divide the Ocean,
Too silver for a seam –
Or Butterflies, off Banks of Noon,
Leap, plashless as they swim.

Passarim pousou no Passeio –
Sem saber que eu o via –
Trinchou uma minhoca ao meio
E engoliu a bicha, crua,

Ele então bebeu o Orvalho
De uma Grama vizinha –
De banda pulou na Muralha
Pra um Besouro passar –

Relançou os olhos ligeiros
Assuntando a redondeza –
Miçangas medrosas, pensei –
Buliu a Testa Velosa. –

Como alguém em perigo, Cauto,
Lhe atirei umas Migalhas
E ele arrepiou as penas
Remou pra casa mais calmo –

Que Remos que sulcam o Mar,
Liso demais pra marola –
Ou Borboletas que ao Meio-Dia
Saltitam como a nadar.

do intervém na cena, oferecendo restos de comida ao passarinho, que lhe dá as costas e vai embora. Na terceira parte, um olhar sublimado da natureza, em que se compara o que se passa no ar com o que flui nas águas do mar. Seria uma viagem desde a natureza até a civilização ou a transcendência? Uma história do desenvolvimento da percepção artística?

É curiosa a precisa observação de Dickinson sobre o vôo das borboletas, registrada 90 anos antes da invenção do nado borboleta pelo japonês Jiro Nagasawa! E também é interessante a expressão "*Leap, splashless*", que evoca a beleza de um salto ornamental, tanto mais perfeito e valorizado quanto menos faz borrifos.

Artesanato de palavras

Quem trata de poesia, trata de um texto especial, muito diferente, por exemplo, do texto jornalístico (em geral, objetivo, detalhista, colado no factual), do texto científico (ainda mais objetivo que o texto jornalístico, rigoroso na definição prévia de conceitos, para evitar ambigüidades), ou mesmo do texto literário em prosa (que, aliás, pode trafegar com qualquer dos outros gêneros, inclusive o lírico, mas aí já é outra história). Os significantes na poesia costumam ter significados abertos, ambíguos, variados. Em poesia importa tanto o que é dito como a maneira como as coisas são ditas. Poesia é, sobretudo, artesanato feito de palavras.

Para os estudiosos de literatura e os teóricos da comunicação, tudo isso é trivial. Para quem, como este repórter, que traduz poemas de Emily Dickinson como *hobby*, lidar com as características da poesia constitui permanente fonte de surpresas e prazer estético.

Mais ainda por se tratar de Emily Dickinson (1830-1886), americana da Nova Inglaterra, considerada por muitos como a maior poeta do mundo depois da grega Safo (630-612 a.C), sendo páreo para Walt Withman, William Blake e até mesmo Shakespeare. A vida, a morte, a natureza em estado bruto ou brutal, as dúvidas sobre a eternidade, as armadilhas armadas

Bordando águas

Para um leitor brasileiro, o poema faz lembrar a maestria da arte da navegação de João Cândido, o almirante negro que liderou no Brasil a Revolta da Chibata, em 1910. Primeiro timoneiro do encouraçado Minas Gerais, Cândido era um dos maiores especialistas de sua época, só superado pelo *kaiser* alemão Guilherme II. Conta o historiador mineiro José Murilo Carvalho que ao chegar ao Rio de Janeiro, o jurista e jornalista pernambucano Gilberto Amado manifestou admiração pela "perícia magistral" do marinheiro, que "fazia parnasianismo de manobra". Quer dizer, navegava como quem faz poesia no mar, mas poesia parnasiana, preciosista, que valoriza as formas. O próprio Carvalho escreve que João Cândido "bordava as águas da baía com o lento e majestoso evoluir dos encouraçados". Bordar é outra arte preciosista, como a tapeçaria, cujas tramas de pontos coloridos também podem contar histórias. João Cândido, registra Carvalho, fazia bordados com agulhas e linhas, decorando toalhas de mesa com passarinhos e corações flechados.



João Cândido, o "navegante negro": bordados, corações e passarinhos

pelo cérebro e os jogos da alma, tudo isso é matéria prima para a arte dessa mulher, cujos mitos biográficos, infelizmente, obscurecem a sua obra – 1.789 poemas e 1.049 cartas para mais de uma centena de correspondentes, também consideradas textos poéticos para todos os efeitos.

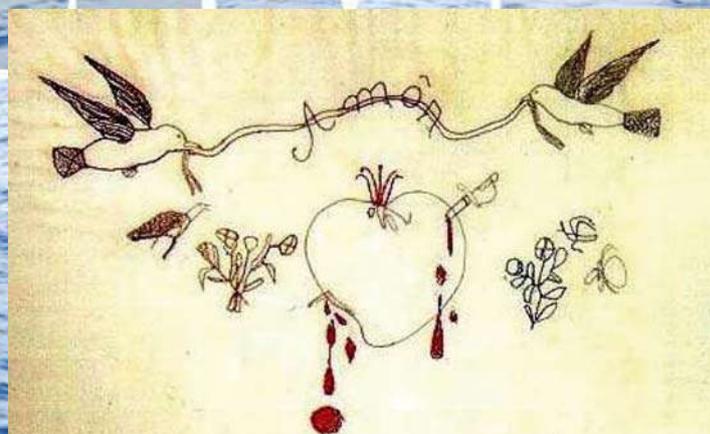
Dickinson trilhou caminhos muito diferentes dos de seu contemporâneo Walt Whitman. No lugar dos versos brancos revolucionários daquele, seus poemas cabem na fôrma clássica dos hinos de igreja do reverendo inglês Isaac Watts (1674-1748). Mas isso é só o começo da conversa e impressão da primeira leitura. A subversão que ela fez da linguagem é tão grande e original que a consideram uma das precursoras do modernismo. Suas

ousadas características incluem o abuso de maiúsculas para enfatizar conceitos; rimas inusitadas; “desvios” gramaticais deliberados; adjetivação de substantivos e o contrário; flexões verbais correntes apenas na norma popular do inglês; uso peculiar de travessões para marcar pausas ou substituir qualquer outro sinal de pontuação; extrema concisão obtida com violentas elipses; e outros tantos torneios verbais para cavar novos valores semânticos.

Obviamente, esses recursos se prestam muito bem ao artesanato feito de palavras. No caso de Emily Dickinson, porém, não se trata da arte pela arte. Seus poemas, aparentemente fáceis mas muito difíceis de ler, como diz o crítico Harold Bloom, não ape-

nas por causa da forma, mas por sua originalidade cognitiva, comunicam uma rica e inteligente visão artística do mundo que transbordam os limites de seu tempo, o final do século XIX, época em que os Estados Unidos enfrentaram a guerra civil e em que faziam história personalidades do naipe de Abraham Lincoln, Karl Marx, Charles Darwin e Franz Liszt.

Eis a definição que a própria Emily Dickinson deu de poesia: “Se leio um livro (e) ele deixa meu corpo inteiro gelado que nem um fogo pode aquecer, eu sei que *isso* é poesia. Se fisicamente eu sinto como se o topo da minha cabeça fosse arrancado, eu sei que *isso* é poesia. Esses são os únicos jeitos que eu tenho de saber. Será que tem outro jeito?”





O futuro
do Brasil
passa por
VOCÊ.

Vote com
consciência.